



RELATÓRIO DE PROGRESSO 2018

Marco de Parceria das Nações Unidas
para o Desenvolvimento Sustentável

Brasil | 2017-2021



NAÇÕES UNIDAS
BRASIL



RELATÓRIO DE PROGRESSO 2018

Marco de Parceria das Nações Unidas
para o Desenvolvimento Sustentável

2017-2021



Sumário

RESUMO EXECUTIVO	05
A ONU NO BRASIL	10
RESULTADOS PROGRAMÁTICOS	11
Eixo Pessoas: Sociedade inclusiva, equitativa e com plenos direitos para todos e todas	14
<i>Resultado 1: Aportes em destaque</i>	15
Eixo Planeta: Gestão sustentável dos recursos naturais para as gerações atuais e futuras	27
<i>Resultado 2: Aportes em destaque</i>	28
<i>Resultado 3: Aportes em destaque</i>	31
Eixo Prosperidade: Prosperidade e qualidade de vida para todas as pessoas	35
<i>Resultado 4: Aportes em destaque</i>	36
<i>Resultado 5: Aportes em destaque</i>	40
Eixo Paz: Sociedade pacífica, justa e inclusiva	43
<i>Resultado 6: Aportes em destaque</i>	44
Temas Transversais	50
<i>Gênero, Raça e Etnia</i>	50
<i>Juventude</i>	52
<i>Direitos Humanos</i>	53
<i>Cooperação Sul-Sul</i>	54
COMUNICAÇÃO	56
OPERAÇÕES	58
PARCERIAS	59
SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL	60



RESUMO EXECUTIVO

Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2017-2021

A ONU tem representação fixa no Brasil desde 1947. São mais de sete décadas de atuação no território nacional. Atualmente, o Sistema das Nações Unidas é formado por 24 agências especializadas, fundos, programas e outros escritórios residentes que desenvolvem suas atividades em função de seus mandatos específicos, além de dois organismos não-residentes que também desenvolvem trabalho no Brasil.

A forma de atuação das Nações Unidas no Brasil muda de um organismo para outro, já que eles atuam em áreas específicas de acordo com seus mandatos. Trabalhando de maneira coordenada, esses organismos desenvolvem projetos com o governo – tanto em nível federal, como estadual e municipal – com a iniciativa privada, instituições de ensino e sociedade civil brasileira, sempre com o objetivo de buscar, conjuntamente, soluções para superar os desafios e as dificuldades presentes na formulação e implementação de uma agenda comum em favor do desenvolvimento humano equitativo e inclusivo.

Com o objetivo de trabalhar para o alcance das prioridades nacionais de desenvolvimento e dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, a ONU Brasil e o governo brasileiro criaram um marco programático comum para orientar a atuação do Sistema ONU no país. Este marco, anteriormente conhecido como Marco de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDAF – na sigla em inglês), passou a ser chamado em 2017 de Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (UNSDPF – na sigla em inglês). O novo Marco de Parceria abrange o período de cinco anos, o vigente é de 2017 até 2021, e está dividido em cinco eixos com sete áreas de resultados (Quadro 1, página 7).

O Sistema ONU no Brasil também criou um Plano de Trabalho para o biênio 2017-2018 de forma a sistematizar suas ações, atividades, projetos e iniciativas, criando oportunidades para uma atuação conjunta e coordenada. Neste Plano de Trabalho, os temas abordados no Eixo Parcerias aparecem transversalmente em todo o Plano de Trabalho. Para cada um dos demais eixos foi estabelecido um Grupo de Resultado correspondente, sendo este o responsável pelo acompanhamento da implementação das ações planejadas.

O objetivo do presente documento é, portanto, apresentar os avanços na implementação do plano de trabalho em 2018, dando destaque para alguns dos aportes trazidos pelo Sistema ONU no Brasil. O documento está dividido em quatro seções: **i) Resultados Programáticos, ii) Comunicação, iii) Operações e iv) Parcerias.**

Quadro 1: Eixos - Marco de Parceria da ONU para o Desenvolvimento Sustentável 2017-2021

	<p>EIXO PESSOAS Sociedade inclusiva, equitativa e com plenos direitos para todos e todas</p>	<p>Resultado 1 - Desenvolvimento social fortalecido em todo o território, com a redução da pobreza, por meio do acesso a bens e serviços públicos de qualidade, especialmente nas áreas de educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional e trabalho decente, com equidade e ênfase na igualdade de gênero, raça, etnia e geracional</p>
	<p>EIXO PLANETA Gestão sustentável dos recursos naturais para as gerações atuais e futuras</p>	<p>Resultado 2 - Modelos de governança participativa de gestão sustentável de recursos naturais e serviços ecossistêmicos, efetivos e fortalecidos, buscando territórios integrados, resilientes e inclusivos</p> <p>Resultado 3 - Capacidades institucionais fortalecidas para promover as políticas públicas, sua coerência e implementação, para a gestão sustentável de recursos naturais e serviços ecossistêmicos e o combate às mudanças do clima e seus efeitos adversos</p>
	<p>EIXO PROSPERIDADE Prosperidade e qualidade de vida para todas as pessoas</p>	<p>Resultado 4 - Crescimento econômico inclusivo e ambientalmente sustentável, com diversificação produtiva, fortalecimento industrial, infraestrutura resiliente, aumento da produtividade e inovação, transparência, participação social e valorização das micro e pequenas empresas</p> <p>Resultado 5 - Redução das desigualdades socioeconômicas e territoriais, com promoção do pleno emprego e do trabalho decente, garantia dos direitos sociais e trabalhistas, qualificação profissional, com especial atenção às pessoas em situação de maior vulnerabilidade</p>
	<p>EIXO PAZ Sociedade pacífica, justa e inclusiva</p>	<p>Resultado 6 - Promoção de uma sociedade pacífica, justa e inclusiva por meio de participação social, transparência e governança democrática, respeitando-se a laicidade do Estado e garantindo-se direitos humanos para todos e todas</p>
	<p>EIXO PARCERIAS Parcerias múltiplas para implementação da agenda de desenvolvimento sustentável</p>	<p>Resultado 7 - Parcerias estratégicas estabelecidas para fortalecer e promover a cooperação internacional e contribuir para a redução das desigualdades dentro e entre os países</p>

i) Resultados Programáticos

O Plano de Trabalho Conjunto elaborado pelas Nações Unidas para a implementação do Marco de Parceria abrange os dois primeiros anos do ciclo de cinco anos, 2017 e 2018. Assim, o conjunto de atividades identificadas reflete as diferentes abordagens da cooperação do Sistema ONU, como a mobilização institucional, *advocacy* de prioridades convergentes, aconselhamento no processo de elaboração de legislação interna que reflita as normas e princípios internacionalmente acordados, desenvolvimento e aprimoramento de capacidades técnicas e operacionais, produção e gestão de conhecimento, além de acompanhamento dessas ações, visando à sustentabilidade dos avanços alcançados.

Algumas dessas atividades foram trazidas de anos anteriores, enquanto outras foram criadas já no contexto da Agenda 2030. Para a implementação deste conjunto de atividades nos dois anos do plano de trabalho (2017-2018), foi executado um orçamento total de aproximadamente US\$265¹ milhões: US\$132,8 milhões em 2017 e US\$ 132,2 milhões em 2018.

Ao total, foram planejadas 511 atividades para o biênio 2017-2018, das quais 158 atividades já foram concluídas. A maioria, no entanto, aproximadamente, 261 atividades, permanece em processo de implementação.

O Eixo Pessoas, com 50,5% de todas as atividades planejadas para o biênio, é também o mais abrangente em relação às temáticas abordadas. A atuação está centrada na busca da melhoria do acesso e da qualidade em serviços de educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional e trabalho decente, garantindo a equidade e promovendo a igualdade de gênero, raça, etnia e geracional. Nesse sentido, as 258 atividades do grupo foram distribuídas em quatro resultados específicos, sendo o primeiro relacionado ao fortalecimento de políticas públicas, o segundo abordando o desenvolvimento de capacidades, o terceiro focando nos esforços para a produção de evidências e conhecimento e o quarto com atividades focadas em *advocacy* e comunicação.

Apesar de grande parte das atividades do Eixo Pessoas terem escopo nacional e, portanto, atenderem a toda a população brasileira, alguns grupos populacionais foram priorizados, entre eles estão: mulheres, jovens e adolescentes, população negra, população indígena, população LGBTI, pessoas vivendo com HIV, pessoas com deficiência, pequenos e médios produtores rurais e agricultores familiares, migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio. O Eixo Pessoas ainda abordou questões de educação em direitos humanos, educação em gênero e sexualidade, educação em saúde, saúde sexual e reprodutiva, equidade de gênero, combate ao racismo e à homofobia, e promoção da participação de minorias representativas em políticas públicas.

O Eixo Planeta, com 16,2% de todas as atividades planejadas para o biênio 2017-2018, concentrou suas ações a atividades em dois resultados principais: i) gestão de recursos naturais e ii) combate à mudança do clima e seus efeitos adversos. O primeiro resultado traz questões relacionadas à melhoria dos mecanismos de governança e promoção de engajamento nacional, regional e local dos *stakeholders* em fóruns que assegurem a coordenação e o diálogo permanente sobre o uso e a gestão dos recursos naturais. O segundo resultado busca fortalecer as políticas públicas nacionais, garantindo a implementação e a coerência da legislação ambiental brasileira relacionada à gestão sustentável de recursos naturais e serviços ecossistêmicos, bem como ao combate à mudança do clima e seus efeitos adversos. Para tanto é dado um enfoque especial nos grupos populacionais em situação de

¹ Os dados para o biênio 2017-2018 não incluem as informações orçamentárias do programa especial Mais Médicos. O Programa Mais Médicos é um programa do Ministério da Saúde que conta com colaboração da OPAS em sua execução.

maior vulnerabilidade, como as populações ribeirinhas, os pequenos produtores e agricultores familiares, as populações tradicionais e os povos indígenas.

Assim como o Eixo Planeta, o Eixo Prosperidade, com 22,5% de todas as atividades planejadas para o biênio 2017-2018, está dividido em dois resultados. O primeiro se dirige às questões relacionadas à diversificação produtiva, ao fortalecimento da indústria e ao estabelecimento de infraestruturas resilientes, incluindo a produção habitacional, com o objetivo de promover a inovação e o aumento da produtividade. O segundo resultado se orienta para o alcance do desenvolvimento econômico aliado à justiça social, apoiando políticas de empregabilidade, empreendedorismo, a promoção do diálogo social, os mecanismos de garantia dos direitos trabalhistas, o combate ao trabalho forçado e infantil e a garantia da igualdade de direitos para todas as pessoas, com foco especial nos grupos mais excluídos do mercado de trabalho.

O quarto eixo apresenta-se, assim como o primeiro eixo, em apenas um resultado. O Eixo Paz reúne 11,7% das atividades para o biênio e está concentrado em temáticas relacionadas à promoção de uma sociedade plenamente pacífica e inclusiva, garantida por meio de instituições fortalecidas e capazes de gerenciar recursos de forma eficiente e transparente, garantindo a entrega de serviços e bens públicos mediante processos inclusivos e responsivos de tomada de decisão e de implementação de políticas públicas. Também é foco desse conjunto de atividades a promoção do alinhamento das legislações nacionais com os padrões internacionais de garantia dos direitos humanos.

Para além do conjunto de atividades concentradas nos eixos programáticos, existem também aquelas que são transversais e, portanto, contribuem para o alcance de resultados em mais de um eixo. Essas atividades podem ser alocadas em quatro áreas: i) Gênero, Raça e Etnia; ii) Juventude; iii) Direitos Humanos; iv) Cooperação Sul-Sul Trilateral. Além dessas temáticas que por vezes possuem focos em grupos populacionais específicos, é relevante destacar que o grupo de refugiados, solicitantes de refúgio e migrantes, foi foco de várias atividades conjuntas das Nações Unidas em 2018, com exemplos em todos os eixos programáticos.

ii) Comunicação

Em 2018, o Sistema das Nações Unidas no Brasil atuou conjuntamente em diversas ações e iniciativas de comunicação tanto com o objetivo de informar sobre sua atuação no Brasil quanto com o objetivo de promover mudanças de comportamento para o alcance dos resultados elencados no Marco de Parcerias. Mais além, o conjunto dessas ações também estavam diretamente relacionadas às estratégias de alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Como parte da estratégia conjunta de comunicação, o Sistema ONU focou em ações online, com grande engajamento público por meio das mídias sociais. Algumas das ações de destaque em 2018 incluem a cobertura do 8º Fórum Mundial da Água; eventos em celebração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, além de produção de conteúdo jornalístico para as Campanhas Livres & Iguais e Vidas Negras.

iii) Operações

A ONU Brasil segue trabalhando em seu compromisso de aperfeiçoamento de seus processos operacionais e administrativos, reduzindo custos e aumentando a eficiência. É com esse intuito que a Equipe de Gerentes

Operacionais da ONU (*Operations Management Team* – OMT) vem trabalhando para a elaboração de contratos de longo prazo, compartilhamento de informações relacionadas a processos de recursos humanos, administração de áreas prediais comuns e harmonização de procedimentos relacionais a processos de compras, viagens, finanças e tecnologia da informação.

Um significativo avanço no âmbito operacional em 2018 foi a reformulação da Unidade de Operações Conjuntas (*Joint Operations Facility* – JOF). As quatro entidades participantes (PNUD, UNFPA, ONU Mulheres e ONU Meio Ambiente) concordaram em um novo Memorando de Entendimento que estabelece novos termos e condições para a JOF, governando a provisão de serviços comuns a partir de 2019. O novo arranjo leva em consideração as lições aprendidas nos últimos cinco anos de concepção e funcionamento da JOF e visa a ser mais eficiente e economicamente viável para todas as entidades da ONU envolvidas. A UNESCO, que foi um dos membros fundadores, continua temporariamente como observadora da iniciativa.

iv) Parcerias

Bem como apontado pela Agenda 2030 e pelo Marco de Parcerias das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, o alcance dos ODS só é possível com a continuidade de parcerias bem-sucedidas e criação de novas parcerias inovadoras. Para a implementação das 511 atividades planejadas para 2017 e 2018, foram estabelecidas diversas parcerias com instituições no Brasil e fora do país. Em sua maioria, são instituições parceiras do setor público, tanto no âmbito nacional, quanto subnacional. Mas também há um número significativo de instituições parceiras do setor privado e organizações da sociedade civil.

Durante o ano de 2018, destaca-se a assinatura de um Memorando de Entendimento com a Prefeitura Municipal de São Paulo, com vistas a fornecer um marco de cooperação para a promoção e realização dos ODS. Há, ainda, um número significativo de instituições parceiras de fora da esfera nacional. No escopo das parcerias com instituições estrangeiras, foi firmada uma parceria entre o Sistema ONU no Brasil e as Embaixadas nórdicas (Dinamarca, Noruega, Suécia e Finlândia), que tem como objetivo promover o engajamento de brasileiras e brasileiros com as perspectivas e experiências daquela região. A parceria, de duração de três anos (2018-2020), selecionou um tema diferente para cada ano com base na Agenda 2030, dentre os quais “Igualdade de Gênero”, “Confiança e Transparência entre Instituições e Sociedade” e “Desenvolvimento Sustentável”.

A Equipe de País também tem apoiado campanhas e atividades de parceiros externos ao Sistema ONU. Nesse âmbito, destaca-se a “Geração do Amanhã”, uma campanha promovida pela Rede Globo – a maior rede de transmissão do Brasil – comprometida com a popularização dos ODS e divulgada por meio da televisão e de uma plataforma digital.

A ONU NO BRASIL

A ONU tem representação fixa no Brasil desde 1947. No país, o Sistema das Nações Unidas é atualmente formado por 24 agências especializadas, fundos, programas e outros escritórios residentes que desenvolvem suas atividades em função de seus mandatos específicos, além de dois organismos não-residentes que também desenvolvem trabalho no Brasil (ver lista completa na página 60).

A Equipe de País da ONU (conhecida por sua sigla em inglês, UNCT – *United Nations Country Team*) é constituída pelos representantes desses organismos, sob a liderança do Coordenador Residente, que tem, entre suas principais funções, a missão de definir estratégias e coordenar o trabalho da Equipe de País, para que o Sistema possa proporcionar uma resposta coletiva, coerente e integrada às prioridades e necessidades nacionais, no marco dos compromissos internacionais e estabelecidas no Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. A forma de atuação das Nações Unidas no Brasil muda de um organismo para outro, já que eles atuam em áreas específicas de acordo com seus mandatos. Trabalhando de maneira coordenada, esses organismos desenvolvem projetos com o governo – tanto nos níveis federal, como estadual e municipal –, com a iniciativa privada, instituições de ensino e sociedade civil brasileira, sempre com o objetivo de buscar, conjuntamente, soluções para superar os desafios e as dificuldades presentes na formulação e implementação de uma agenda comum em favor do desenvolvimento humano equitativo, inclusivo e sustentável.

O Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2017-2021 define atualmente as bases das atividades de cooperação para o desenvolvimento a serem implementadas pelos organismos do Sistema ONU no Brasil para cinco anos. Por meio da implementação desse Marco de Parcerias e de todas as ações previstas no documento, o Sistema ONU no País se propõe a continuar cooperando com o Governo brasileiro no desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais para enfrentar os desafios da superação das assimetrias sociais e econômicas, o exercício pleno da cidadania e dos direitos humanos e a promoção de iniciativas associadas ao desenvolvimento sustentável do Brasil. Dividido em cinco eixos – Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias, o novo Marco de Parceria engloba as ações acordadas pela comunidade internacional por meio dos 17 ODS.



RESULTADOS PROGRAMÁTICOS

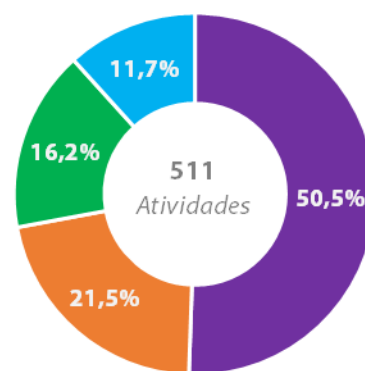
No contexto do Marco de Parcerias das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2017-2021, foram planejadas 511 atividades para o primeiro biênio (2017-2018). Ainda que essas atividades não representem a totalidade do escopo da atuação da ONU no Brasil, sua visualização mostra de um modo amplo as contribuições que agências especializadas, fundos, programas e entidades da ONU trazem para o país em suas várias áreas de mandato. Essas contribuições refletem o processo catalisador de conhecimentos e competências proporcionado pelo Sistema ONU em suas áreas de excelência programática para o desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais que permitam o aperfeiçoamento da implementação das políticas públicas nacionais.

Durante a fase de planejamento, foram consideradas as contribuições que cada uma das atividades traria para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os quais também estão alinhados com os 28 princípios do Plano Plurianual 2016-2019. Desta maneira, o conjunto de atividades identificadas reflete as diferentes abordagens da cooperação do Sistema ONU, como a mobilização institucional, *advocacy* de prioridades convergentes, o aconselhamento no processo de elaboração de legislação interna que reflita normas e princípios internacionalmente acordados, o desenvolvimento e aprimoramento de capacidades técnicas e operacionais, a produção e gestão de conhecimento, além do acompanhamento dessas ações, visando à sustentabilidade dos avanços alcançados.

Assim como o Marco de Parcerias está dividido em cinco eixos (Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias), o plano de trabalho conjunto do Sistema das Nações Unidas no Brasil para 2017 e 2018 foi construído com base nos primeiros quatro eixos, sendo o eixo Parcerias tratado transversalmente. As atividades planejadas para 2017 e 2018 estão distribuídas de acordo com os resultados propostos, da seguinte forma:

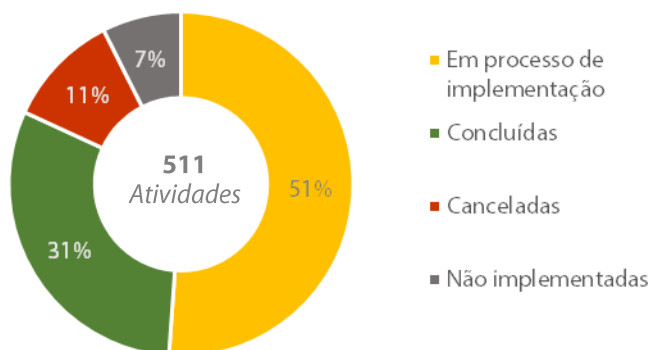
Plano de Trabalho Conjunto das Nações Unidas de 2017-2018

Pessoas	Resultado 1	258 atividades
Planeta	Resultado 2 e Resultado 3	83 atividades
Prosperidade	Resultado 4 e Resultado 5	110 atividades
Paz	Resultado 6	60 atividades
Parcerias	Resultado 7	Transversal aos demais eixos



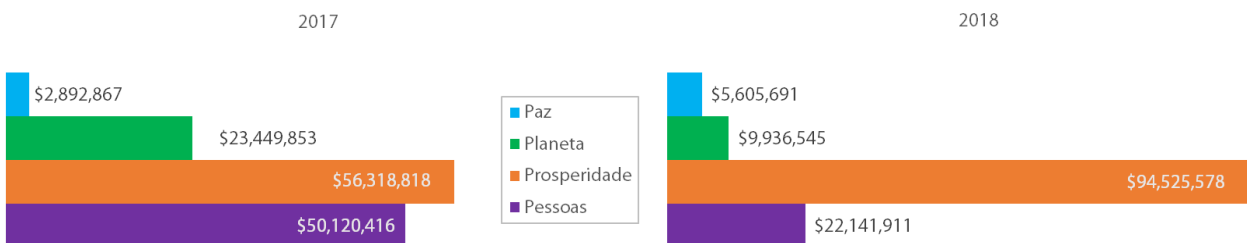
Algumas destas atividades já foram concluídas no biênio 2017-2018, enquanto outras continuam em processo de implementação nos anos seguintes da vigência do Marco de Parceria (2017-2021).

Status de implementação das atividades em 2018



Para a implementação deste conjunto de atividades nos dois anos do plano de trabalho (2017-2018), foi executado um orçamento total de aproximadamente US\$265² milhões: US\$132,8 milhões em 2017 e US\$ 132,2 milhões em 2018. Os gráficos abaixo mostram a execução por ano e por eixo:

Execução orçamentária por Eixo em 2017 e 2018



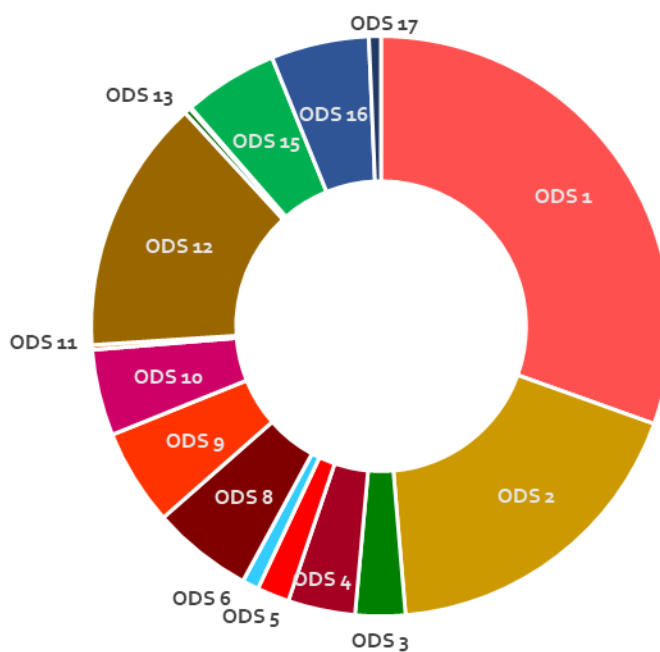
O objetivo deste relatório não é, entretanto, descrever o progresso de cada uma das atividades, mas sim identificar os principais aportes das Nações Unidas para o Brasil no contexto de um conjunto maior de atividades, ora concluídas, ora em processo de implementação. Adicionalmente, será dado destaque para aquelas atividades que perpassam dois ou mais eixos, por se tratarem de temas transversais, os quais também foram identificados no contexto do marco de parceria: gênero, raça e etnia, juventude e direitos humanos.

Cada um dos aportes em destaque foi associado a um ou mais ODS, o que não quer dizer que aquele aporte não tenha contribuído para o alcance dos demais ODS, uma vez que os mesmos são interdependentes. O objetivo desta associação é facilitar a identificação do contexto dos principais temas em que a atividade está inserida.

² Os dados para o biênio 2017-2018 não incluem as informações orçamentárias do programa especial Mais Médicos. O Programa Mais Médicos é um programa do Ministério da Saúde que conta com colaboração da OPAS em sua execução.

Execução orçamentária por ODS em 2018

ODS	Execução em 2018 (USD)
ODS 1	\$40,282,182.29
ODS 2	\$24,045,029.24
ODS 3	\$3,679,268.74
ODS 4	\$4,957,468.00
ODS 5	\$2,383,028.18
ODS 6	\$1,223,866.00
ODS 8	\$7,415,397.72
ODS 9	\$7,102,381.11
ODS 10	\$6,350,009.00
ODS 11	\$354,000.00
ODS 12	\$18,787,833.73
ODS 13	\$454,952.09
ODS 14	\$114,193.23
ODS 15	\$6,943,244.94
ODS 16	\$7,222,976.79
ODS 17	\$893,893.25
TOTAL	\$132,209,724.31



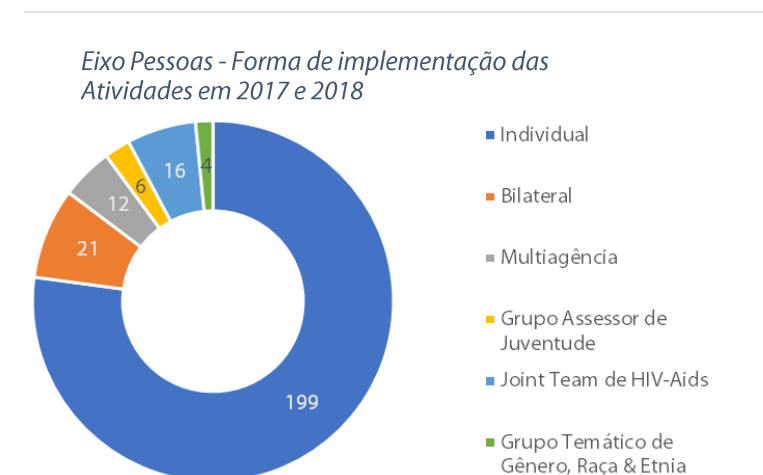
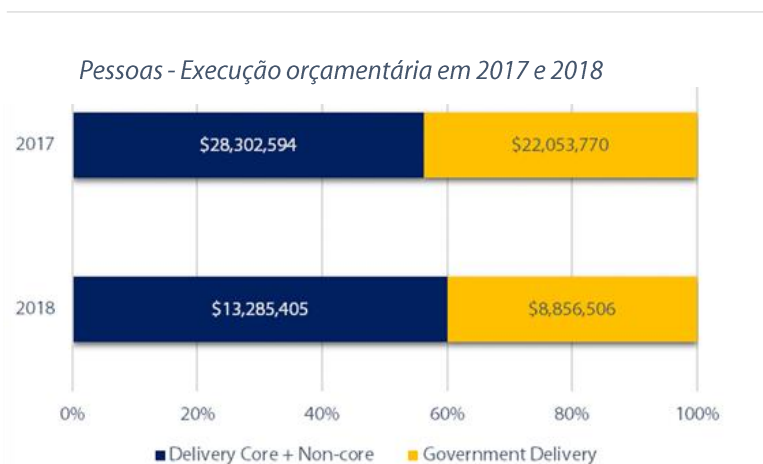
Eixo Pessoas

Sociedade inclusiva, equitativa e com plenos direitos para todos e todas

Orientando-se em prol do desenvolvimento social e da redução da pobreza, o Sistema ONU concentrou esforços no apoio ao fortalecimento de políticas públicas, ao desenvolvimento de capacidades locais, à geração de evidências e a iniciativas de *advocacy* pelos direitos fundamentais. O Eixo ainda foca no processo de melhoria do acesso e da qualidade em serviços de educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional e trabalho decente, garantindo a equidade e promovendo a igualdade de gênero, raça, etnia e geracional.

As 258 atividades representaram um orçamento de aproximadamente US\$ 50,4 milhões executados em 2017³, dos quais 44% dos custos foram financiados pelo governo e 56% foram compostos por fundos *core* e *non-core*⁴. Em 2018, a execução chegou a aproximadamente 22 milhões de dólares, dos quais 40% foram financiados pelo governo e 60% vieram de recursos *core* e *non-core*.

Do total das 258 atividades em 2017 e 2018, 199 foram implementadas individualmente por entidades da ONU no Brasil, enquanto 21 foram executadas por duas agências em conjunto (bilateral) e 12 foram implementadas por mais de duas agências (multiagência). No escopo dos grupos de trabalho⁵ do UNCT, seis atividades foram implementadas pelo Grupo Assessor de Juventude, outras 16 pelo *Joint Team* de HIV/AIDS e quatro pelo Grupo Temático de Gênero, Raça e Etnia.



³ Os dados reportados no Eixo Pessoas para o biênio 2017-2018 não incluem as informações orçamentárias do programa especial Mais Médicos. O Programa Mais Médicos é um programa do Ministério da Saúde que conta com colaboração da OPAS em sua execução.

⁴ Em fundos *core*, estão considerados os recursos próprios e fundos organizacionais para a execução programática. Os fundos *non-core* compreendem todos os recursos que são mobilizados com terceiros, através de parcerias (com setor privado, por exemplo).

⁵ No biênio 2017-2018, além dos Grupos de Resultados dos Eixos Pessoas, Planeta, Prosperidade e Paz, o Sistema ONU Brasil teve a atuação dos seguintes grupos interagenciais: i) Grupo Assessor Agenda 2030; ii) Grupo Assessor de Juventude, iii) Grupo Temático de Gênero, Raça e Etnia, iv) *Joint Team* HIV/AIDS, v) Grupo Temático UNAIDS, vi) Plataforma Brasil – Influxo de

APORTES EM DESTAQUE

RESULTADO

1

Desenvolvimento social fortalecido em todo o país, com a redução da pobreza através do acesso a bens e serviços públicos de qualidade, especialmente nas áreas de educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional e do trabalho decente, de forma equitativa e com ênfase na igualdade racial, étnica, de gênero e geracional

Resultado Específico 1.1 - Políticas públicas nas áreas de educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional e do trabalho decente fortalecidas com vistas a contemplar necessidades de grupos em situação de maior vulnerabilidade e promover a equidade de gênero, raça, etnia durante todo o curso de vida.

Segurança Alimentar e Nutricional e Políticas Públicas

Agricultores familiares de baixa renda, mulheres e povos e comunidades tradicionais rurais continuam a ser fortalecidos por meio de estratégias de apoio à consolidação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN. Em 2018, a ONU Brasil apoiou a análise de medidas regulatórias para promover a alimentação saudável, deu suporte à elaboração de um curso em plataforma de ensino à distância para capacitação de gestores federais, estaduais, municipais e representantes da sociedade civil sobre Direito Humano à Alimentação Adequada e apoiou tecnicamente a 5ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional + 2, com novas propostas para implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e do Segundo Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PlanSAN 2016-2019). (FAO)



ODS 2, ODS 6, ODS 12

Mulheres Negras em Direção a um Planeta 50-50 em 2030

Desigualdades de gênero e raça são combatidas no âmbito da Agenda 2030 a partir de trocas entre a ONU Brasil, o governo federal e o movimento de mulheres negras. Dentre as atividades, foram promovidas a semana “Mulheres Negras em direção a um Planeta 50-50 em 2030” e reuniões nas quais ativistas apresentaram suas prioridades e a ONU Brasil e o governo apresentaram estratégias para cumprir as metas estabelecidas na Agenda 2030 e na Resolução 68/237 da Assembleia Geral da ONU, que proclama a Década Internacional para Afrodescendentes. Além disso, foi realizado um evento que destacou os 30 anos de articulação política do movimento de mulheres negras no Brasil e workshops sobre a Agenda 2030 e a Década Internacional dos Afrodescendentes para ativistas negros e ciberativistas no âmbito do Encontro Nacional de Mulheres Negras. Estas atividades fortaleceram as trocas entre a ONU Brasil e o governo federal com o movimento das mulheres negras, chamando a atenção para a centralidade do enfrentamento das desigualdades de gênero e raça na agenda do desenvolvimento sustentável. (ONU Mulheres)



ODS 5, ODS 10

Venezuelanos, vii) *Operations Management Team*, viii) *UN Communications Group*, ix) Grupo Interagencial de Monitoramento e Avaliação.

Maior Participação de Mulheres na Política

A participação de mulheres na política é ampliada como resultado de esforços para aumentar a conscientização e o comprometimento de diferentes setores para a construção da democracia paritária. No âmbito da iniciativa Cidade 50-50, a ONU Brasil prestou assistência técnica e coorganizou dois seminários internacionais para promover os direitos das mulheres, a liderança e sua participação nos partidos políticos. Outro destaque foi o lançamento da estratégia Brasil 50-50 durante o processo eleitoral e a promoção do comprometimento de candidatos com sua plataforma de compromissos (www.brasil5050.org.br). Por fim, foi produzida e compartilhada uma série da web com mais de 90 episódios que revelam o desejo das mulheres pela democracia paritária, incentivam as mulheres a se tornarem candidatas e buscam sensibilizar os espectadores para as ameaças de violência institucional. Houve importantes avanços na representação política das mulheres após as eleições nacionais de outubro de 2018 no Brasil: o número de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados aumentou em 50%, o que significa que elas terão 15% dos assentos no ciclo legislativo 2019-2022. (ONU Mulheres)



ODS 5, ODS 10, ODS 11, ODS 17

Saúde Sexual e Reprodutiva

Mulheres e adolescentes são beneficiadas através do fortalecimento de políticas públicas de acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva de qualidade. Dentre as atividades, a ONU Brasil realizou: i) a capacitação de profissionais e a certificação de serviços de saúde de qualidade para adolescentes; ii) a formação de líderes (estudantes de medicina) em Saúde Sexual Reprodutiva e Direitos; e iii) a consolidação e ampliação da estratégia regional para a prevenção e redução da gravidez não-intencional na adolescência, em parceria com países do Cone Sul, bem como a articulação local entre 54 municípios do Oeste do Paraná para a prevenção e redução da gravidez não-intencional na adolescência. O sistema ONU também auxiliou no estabelecimento da Aliança pela Saúde e pelos Direitos Sexuais e Reprodutivos no Brasil e no lançamento da Campanha “Ela Decide seu presente e seu futuro”, em parceria com entidades do setor privado e filantrópico, e realizou articulações com o governo e a sociedade civil no tema de saúde, sexualidade e pessoas com deficiência. (UNFPA)



ODS 3

Políticas Públicas a partir de Evidências

Se fortalecem capacidades estatísticas nacionais com enfoque em populações em situação de vulnerabilidade social. Em parceria com o IBGE, demais produtores de dados nacionais, o governo, a sociedade civil e a academia, a ONU Brasil desenvolveu ações para a melhoria na produção e uso de dados com enfoque em temas como povos e comunidades tradicionais, pessoas migrantes e refugiadas e envelhecimento populacional. (UNFPA)



ODS 10, 17.

Igualdade Racial

A igualdade racial é promovida via produção de instrumentos e de mecanismos de gestão, acompanhamento e avaliação da Política Nacional de Saúde da População Negra e pesquisas para a formulação de políticas públicas de mitigação da violência contra comunidades quilombolas. Dentre as principais atividades desenvolvidas pelo sistema ONU estão estudos sobre saúde materna de mulheres negras, o levantamento e análise de conflitos fundiários com quilombolas e o apoio ao redesenho do Plano

Juventude Viva. Foram também estabelecidas parcerias com a Articulação de Negras Jovens Feministas para a ampliação das capacidades do grupo para a incidência política na agenda dos Direitos Humanos e foi dado apoio à organização de mulheres negras CRIOLA, para o fortalecimento institucional da entidade e a promoção de ações no campo da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos. (UNFPA)



ODS 3, ODS 5, ODS 8, ODS 10, ODS 16.

Proteção e Apoio a Migrantes, Solicitantes de Asilo e Mulheres Refugiadas e Brasileiras

Em Boa Vista, a colaboração com a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres resultou na inauguração da Casa da Mulher Brasileira (CMB), uma central de serviços para mulheres em situação de violência, e, no âmbito do *Central Emergency Response Fund* (CERF) em Roraima, forneceu-se assistência financeira como alternativa a mecanismos negativos de sobrevivência que podem expor mulheres à exploração sexual e ao tráfico; viabilizou-se a reunião de uma equipe psicossocial para fornecer apoio psicológico vital e aconselhamento legal e paralegal para migrantes, solicitantes de asilo e refugiadas venezuelanas; e providenciou-se assistência técnica voltada à integração socioeconômica e ao empoderamento dessa população. Nesse ano, Roraima foi o quarto estado em que se realizou uma consulta voltada à melhoria da qualidade dos cuidados fornecidos em serviços de saúde para mulheres vítimas e sobreviventes de violência sexual. Por fim, foi desenvolvido no país o programa conjunto “Liderança, empoderamento, acesso e proteção das mulheres em resposta à crise humanitária”, orientado para garantir que mulheres e meninas afetadas por uma crise liderem, participem e se beneficiem de esforços de ajuda e resposta humanitária. (ONU Mulheres)



ODS 5, ODS 3, ODS 10, ODS 16

Saúde das Mulheres, das Crianças e dos Adolescentes

Elaboração de um plano de implementação interagencial da Estratégia Global para a Saúde das Mulheres, das Crianças e dos Adolescentes (2016-2030) no Brasil contando com a participação de atores-chave, tais como agências do Sistema ONU no Brasil, o Ministério da Saúde, a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e representantes da sociedade civil. As atividades desenvolvidas têm contribuído para a redução da mortalidade materna, neonatal e de crianças menores de cinco anos e para o fortalecimento das políticas de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar e os direitos correspondentes. (OPAS/OMS)



ODS 3, ODS 10, ODS 5, ODS 17.

Apoio Técnico na Implementação dos Compromissos da Década de Ação pela Nutrição

No contexto da Década de Ação da ONU pela Nutrição (2016-2025), a cooperação técnica com os Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social resultou em 38 compromissos SMART (na sigla em inglês: específicos, mensuráveis, atingíveis, relevantes e com prazo) assumidos pelo país, que lidera as Redes de Ação nos temas de (1) Guias Alimentares e (2) Redução de Sódio, pelo Ministério da Saúde; (3) Compras Públicas da Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional, pelo Ministério do Desenvolvimento Social; e (4) Alimentação Escolar, sob o Programa Nacional de Alimentação Escolar do Ministério da Educação. A organização de tais Redes incluiu a realização de reuniões regionais, funcionando como plataformas de cooperação Sul-Sul, tendo cada Rede produzido relatórios que descrevem as políticas e atividades realizadas, as barreiras e limitações enfrentadas, os resultados alcançados e as lições aprendidas,

que serão disponibilizados numa Plataforma Virtual que está em processo de desenvolvimento. (OPAS/OMS e FAO)



ODS 2, ODS 3, ODS 4, ODS 12, ODS 13, ODS 14, ODS 15, ODS 17

Programa Criança Feliz

Visando ao aprimoramento das políticas públicas para a primeira infância, o programa Criança Feliz presta serviços complementares às famílias com gestantes e crianças de 0 a 6 anos beneficiadas pelo Bolsa Família e, assim, contribui diretamente para a diminuição da mortalidade infantil e da evasão escolar. Houve apoio para o fortalecimento institucional da Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano, responsável pela gestão do Programa Criança Feliz, e participação no projeto que teve como objetivo definir e aplicar o protocolo de avaliação de impacto do Programa, com elaboração de questionários e instrumentos para a coleta de dados a nível municipal. (PNUD)



ODS 4, ODS 5, ODS 17

Laboratório de Tuberculose em São Tomé e Príncipe

Em janeiro de 2018, por meio da cooperação Sul-Sul, foi inaugurado o Laboratório Nacional de Referência para a Tuberculose em São Tomé e Príncipe, que contribuirá para aprimorar o diagnóstico da doença no país, valorizar o conhecimento científico, promover a descentralização do atendimento para distritos sanitários e ampliar sua capacidade de diagnóstico, com o fortalecimento da retaguarda laboratorial. O projeto contará com capacitação dos recursos humanos para o laboratório e para o programa de tuberculose e fornecerá insumos para seu equipamento pelos próximos dois anos, traduzindo-se em mais uma ação em prol da erradicação da doença no país. (PNUD)



ODS 3

Banco de Leite Humano em Moçambique

Apoio à inauguração do primeiro banco de leite humano de Moçambique, em Maputo, que contribuirá para uma nutrição neonatal adequada e para a redução da mortalidade neonatal no país. Coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a iniciativa inclui apoio para a capacitação de profissionais, atividades de compartilhamento de tecnologia, aquisição de equipamentos e palestras sobre a importância do aleitamento materno. (PNUD)



ODS 3

Diálogos Zero Discriminação nos Serviços de Saúde

Encontros proporcionados pela ONU Brasil em parceria com o Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, Aids e das Hepatites Virais (DIAHV) do Ministério da Saúde e com a Universidade de São Paulo (USP) promovem o debate acerca do impacto da discriminação na saúde contra pessoas com o vírus da imunodeficiência humana (HIV) e a proposição de diretrizes e padrões mínimos para eliminar o estigma e a discriminação nesse contexto. O Seminário Zero Discriminação nos Serviços de Saúde e os Diálogos para Zero Discriminação na Saúde aconteceram no âmbito da Agenda Estratégica para Ampliação do Acesso e Cuidado Integral das Populações-chave em HIV, Hepatites Virais e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) do Ministério da Saúde. A iniciativa teve o objetivo de promover o debate entre pessoas mais diretamente ligadas a questões de direitos humanos, HIV e saúde pública. Cerca de 50 pessoas das

áreas de gestão pública e gestão na saúde, sociedade civil, academia, incluindo populações-chave e pessoas vivendo com HIV participaram do encontro. (UNAIDS)



Juventude em Luta contra a Aids

Jovens brasileiros são engajados a participar do combate ao HIV através de mobilização e debates dentro do contexto do *Youth Headquarters* da *Youth Against AIDS*, em Amsterdã, realizado em julho de 2018, com apoio da ONU Brasil. A participação do Sistema ONU no Brasil na Conferência teve como foco a mobilização de jovens e a participação em eventos voltados para a juventude. Entre os cerca de 200 jovens presentes, 14 eram brasileiros, selecionados entre mais de mil projetos de jovens de todos os continentes. A Conferência teve participação recorde de jovens e essas atividades promoveram o empoderamento juvenil através do intercâmbio de experiências e do desenvolvimento de uma geração de novas lideranças na resposta global ao HIV. (UNAIDS)



ODS 3, ODS 10, ODS 11, ODS 16, ODS 17.



Resultado Específico 1.2 - Capacidades institucionais fortalecidas nas áreas de educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional e do trabalho decente para desenvolver, implementar e/ou monitorar planos, programas, estratégias e iniciativas que promovam os direitos humanos e a equidade de gênero, raça/etnia durante todo o curso de vida.

Capacidade Institucional para Combater Mortalidade Materna

Mortes maternas por hemorragias decorrentes de emergências obstétricas e pós abortamento no estado do Maranhão são combatidas via cooperação técnica. A ONU Brasil, em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde do Maranhão (SES/MA), realizaram ações voltadas ao desenvolvimento da capacidade institucional da secretaria nas áreas de saúde da mulher, tendo como principais atividades, a organização de redes de atenção materno infantil, análise de indicadores com planejamento e estratificação de intervenções, capacitação de profissionais de saúde no manejo das emergências obstétricas por meio da metodologia "Zero Morte Materna por Hemorragia" e elaboração do Plano Estadual de Apoio à Mulher Maranhense. As ações beneficiaram a população de mulheres, especialmente as mulheres afrodescendentes e indígenas, que são o maior grupo populacional e de maior vulnerabilidade no estado do Maranhão. Adolescentes mulheres também foram alvos de uma atenção especial na execução das atividades. (OPAS-OMS)



ODS 3, ODS 10, ODS 17

ODS nas Escolas

Escolas da rede municipal da cidade de São Paulo realizam integralização formal da agenda 2030 ao currículo, relacionando os objetivos de aprendizagem a cada um dos 17 ODS. Além disso, a ONU Brasil, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SME), lançou o Currículo Digital da Cidade de São Paulo, plataforma desenhada por meio de um processo colaborativo, com o apoio de professores da rede municipal, transformando o Currículo da Cidade em um material vivo e dinâmico, disponível on-line para

consulta, inspiração e aplicação em sala de aula. Foram capacitados 100 multiplicadores sobre os ODS no currículo para que, por sua vez, possam capacitar a Rede Municipal de Educação (RME). (UNESCO)



Educação e Políticas Públicas

Políticas públicas voltadas ao campo da educação são fortalecidas por meio de estudos e pesquisas que contribuem à oferta de informação de qualidade a gestores, formuladores de políticas, bem como profissionais da educação sobre temas relevantes para o país. Dentre os estudos realizados pela ONU Brasil, estão a pesquisa sobre a oferta e demanda da educação profissional, que visa identificar discrepâncias estruturais entre a oferta e a demanda da educação técnica profissional por grupos ocupacionais; a análise de novos cenários de formação, objetivando a discussão da formação de professores através da análise de ações políticas e dados educacionais que despontaram durante a década atual; e estudos sobre infraestrutura escolar, apresentando um conjunto de indicadores para avaliar a infraestrutura das escolas públicas brasileiras de ensino fundamental com base nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). (UNESCO)



Primeira Infância e Jovens

Desenvolvimento da criança na primeira infância e educação técnica de jovens são promovidos via cooperação técnica internacional no âmbito do programa “Criança Feliz”. Dentre as atividades realizadas pela ONU Brasil, prestadas ao Ministério do Desenvolvimento Social, estão a revisão de materiais técnicos de capacitação; a produção de um estudo técnico sobre o perfil da primeira infância no Brasil e no âmbito do Cadastro Único; o aperfeiçoamento de bancos de dados; o prontuário eletrônico e instrumentos de monitoramento; a capacitação de jornalistas brasileiros das 5 cinco regiões do país atuantes no tema do desenvolvimento da primeira infância; o mapeamento dos projetos e/ou iniciativas de inclusão digital de jovens; a elaboração de proposta de metodologia de monitoramento dos projetos; assim como a elaboração de um diagnóstico do processo de coleta de dados e informações para a avaliação/monitoramento da implantação de projetos e/ou iniciativas de inclusão digital de jovens e adolescentes. No total, 2.678 municípios; quase 400 mil crianças e 67 mil gestantes estão sendo acompanhadas por cerca de 14 mil visitantes e 3 mil supervisores, tendo sido realizadas 9 milhões de visitas domiciliares. (UNESCO)



Ampliação do Acesso à Serviços de Saúde

Rede federal de hospitais universitários e suas unidades recebem apoio para a elaboração de projetos de expansão e melhoramento de atendimento ao público via formação de quadros técnicos em regiões menos assistidas. A iniciativa da ONU Brasil ofereceu diretrizes técnicas capazes de serem desenvolvidas pelas equipes técnicas locais dos hospitais, obtendo-se, assim, maior sustentabilidade nas soluções construtivas das unidades. Até agora, dois manuais foram finalizados e apresentados aos técnicos de infraestrutura da rede. Os grupos populacionais beneficiados serão as populações atendidas pelos hospitais da rede: SC (Florianópolis), PR (Curitiba), RS (Pelotas, Rio Grande, Santa Maria), MG (Uberaba, Belo Horizonte, Juiz de Fora), ES (Vitória), SP (São Carlos), RJ (Rio de Janeiro, Niterói), AM (Manaus), PA (Belém), TO (Araguaína),

DF (Brasília), GO (Goiânia), MS (Dourados), MS (Campo Grande), MT (Cuiabá), MA (São Luís), PI (Teresina), Ceará (Fortaleza), PE (Petrolina, Recife), RN (Natal, Santa Cruz), BA (Salvador), SE (Aracaju, Lagarto), AL (Maceió), PB (João Pessoa, Campina Grande, Cajazeiras). (UNOPS).



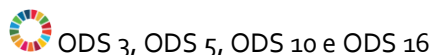
Assistência Jurídica a Migrantes Vulneráveis

Migrantes vulneráveis, refugiados, solicitantes de refúgio e vítimas de tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças, são beneficiados através do fortalecimento das capacidades técnicas da Defensoria Pública da União (DPU). O projeto da ONU Brasil assistiu à DPU na transferência de expertise geral em matéria migratória entre as unidades e agregação de conhecimentos em áreas específicas. Um conjunto de 30 defensores, 100 técnicos e 200 colaboradores capacitados melhoraram sua sensibilidade e conhecimentos sobre o tema das migrações, estando mais aptos para promover uma atenção adequada e efetiva a esse setor da população. O formato do projeto, ao mesmo tempo, permitiu a sistematização e transferência de um amplo conjunto de conhecimentos e capacidades que já existiam em algumas unidades da DPU para um conjunto de outras e, ainda, o apoio no desenvolvimento de novos temas tais como a nova lei de migração e a legislação internacional correlata. (OIM)



Direitos de Jovens e Adolescentes

Adolescentes e jovens são beneficiados através de uma parceria entre a ONU Brasil e o Ministério dos Direitos Humanos. A cooperação entre os dois órgãos tem por fim fortalecer o direito de adolescentes e jovens através da elaboração de conteúdos e instrumentos técnicos para subsidiar o fortalecimento da capacidade da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) no campo da promoção de direitos de jovens cumprindo medida socioeducativa e no campo do matrimônio precoce e gravidez não planejada. (UNFPA)



Fortalecimento do Sistema de Saúde do Estado de Tocantins

No âmbito do Termo de Cooperação Técnica firmado com o Estado de Tocantins, desenvolveram-se metodologias de dimensionamento de unidades de saúde, das equipes do nível central e de desenvolvimento de indicadores relativos à gestão do trabalho, paralelamente à capacitação de equipes de referência na Secretaria Estadual de Saúde. Foram implementadas a Central de Transplantes; a "Estratégia Zero Morte Materna", que contribuiu positivamente para a redução dos índices de mortalidade materna; e a Sala de Situação, considerada modelo por monitorar não só indicadores epidemiológicos, como também os relativos à gestão do trabalho, atenção e gestão hospitalar. Demais ações incluem o desenvolvimento do Plano Diretor Estratégico em cinco unidades hospitalares em Tocantins, o fortalecimento e a modernização da Escola Estadual de Saúde Pública e a participação no processo de desenvolvimento da Política de Promoção de Saúde, as quais visam melhorar a eficiência de gestão das unidades abarcadas, aumentar a

capacidade institucional para qualificar a força de trabalho em saúde no estado e possibilitar o planejamento, o monitoramento e a avaliação de ações para uma saúde mais equitativa. (OPAS/OMS)



ODS 3, ODA 10, ODA 17

Fortalecimento do Sistema de Saúde da Bahia

Em 2018, no âmbito de sua Cooperação Técnica com a Secretaria Estadual de Saúde da Bahia, foram realizadas 28 oficinas de qualificação das ações e serviços de saúde ofertados no estado e foi dado apoio para o desenvolvimento do Plano Diretor Estratégico para atenção hospitalar. Para implementar a “Estratégia Zero Morte Materna”, foram capacitados profissionais de saúde em atenção pré-natal, em reanimação neonatal e em suporte avançado à vida para o enfrentamento da mortalidade materna e infantil. (OPAS/OMS)



ODS 3, ODS 10, ODS 17.

Monitoramento dos ODS no Paraná

Em parceria com Itaipu Binacional, foi desenvolvido um projeto piloto de localização dos ODS em nível municipal que promoveu diálogos sociais e a criação de uma plataforma online com 67 indicadores de monitoramento das metas dos ODS para 54 municípios. Participaram das discussões 1.650 representantes dos governos municipais, lideranças comunitárias, sociedade civil organizada e cooperativas ao longo do ano que resultaram no desenvolvimento de um diagnóstico a ser utilizado como linha de base e em 22 planos de monitoramento local das metas dos ODS. (PNUD)



Todos os ODS

Combate ao Tráfico de Pessoas e ao Contrabando de Migrantes

Apoio ao Projeto Itinerante da Defensoria Pública da União (DPU) na realização de quatro missões para prover assistência a migrantes vulneráveis, em Boa Vista e Pacaraima (RR), Corumbá (MS), Manaus (AM) e Belém (PA), ocorridas de outubro de 2017 a outubro de 2018. Nessas ocasiões, uma capacitação de dois dias para a rede local contra o tráfico de pessoas e o contrabando de migrantes foi realizada em Boa Vista, Manaus e Corumbá, enquanto que, em Belém, organizou-se uma audiência pública com migrantes Warao. Em cada cidade, cerca de 300 a 400 migrantes receberam assistência. Durante as entrevistas, foi identificado um número significativo de casos de tráfico de pessoas para exploração laboral, os quais foram encaminhados ao Ministério Público do Trabalho para investigação. Ao fim da missão, elaborou-se um relatório de avaliação de necessidades locais, que foi publicado e disseminado entre as partes interessadas e distribuído no Congresso como um instrumento de informação sobre onde desenvolver a defesa dos direitos dos migrantes. (UNODC)



ODS 5, ODS 8 e ODS 16

Deu Positivo, E Agora?

Jovens e populações-chave que acabaram de receber diagnóstico positivo para HIV recebem informações sobre o vírus em linguagem dinâmica e acessível. Este projeto-piloto coloca a ONU Brasil na vanguarda da utilização de novas tecnologias e linguagens para engajamento de jovens na resposta ao HIV e busca

conscientizar parceiros e governos sobre a importância do debate de educação sexual e prevenção como parte de uma abordagem de saúde pública. O projeto foi lançado no programa Altas Horas da TV Globo, dia 1º de dezembro (Dia Mundial Contra a AIDS) para uma audiência estimada de 12 milhões de pessoas e contou com o engajamento dos Embaixadores de Boa Vontade do UNAIDS nas redes sociais. Os vídeos já somaram 6.800 visualizações. (UNESCO, UNAIDS)



ODS 3, ODS 4, ODS 10, ODS 16

Atendimento à Saúde de Pessoas Trans e Travestis

A capacitação de profissionais de serviços de saúde sobre temas como igualdade de gênero e orientação sexual, respeito à diversidade e ética profissional proporciona às pessoas trans e travestis melhor atendimento nos serviços de saúde do país. O projeto da ONU Brasil fornece qualificação e sensibilização aos servidores e profissionais de saúde, oferecendo oportunidades de discussão em grupo com apoio das organizações participantes. Mais de 50 Unidades Básicas de saúde na região de Porto Alegre já receberam a capacitação por meio do projeto, que reduz os casos de discriminação de pessoas trans e travestis nos serviços de saúde e melhora o atendimento a esta população. (UNAIDS, PNUD)



ODS 3, ODS 10, ODS 11, ODS 16

Evidências para o Combate ao HIV

Evidências para o advocacy por políticas públicas em prevenção ao HIV são desenvolvidas através de um índice que detecta e mensura as mudanças de tendências em relação ao estigma e à discriminação ao vírus, a partir da perspectiva das pessoas que vivem com o vírus. A ONU Brasil capacitou pessoas vivendo com HIV em Recife (PE) e Salvador (BA) para a aplicação de questionários de insumo para a mensuração do Índice de Estigma. Até 2019, cerca de 60 voluntários serão treinados para a aplicação dos questionários entre pares com mais de 2 mil pessoas vivendo com HIV. A colaboração entre ONU Brasil, academia e sociedade civil tem o potencial de mobilizar atores importantes na resposta ao HIV. (UNAIDS, PNUD)



ODS 3

Ações Municipais pelos Direitos das Crianças e dos Adolescentes

Por meio da iniciativa Selo UNICEF Município Aprovado, 1,571 municípios (82% dos municípios originalmente inscritos) foram alvo de ações de mobilização social, capacitação de gestores públicos e monitoramento de indicadores sociais da infância, capacitando-se mais de 10,000 pessoas na promoção de direitos das crianças na Amazônia Legal Brasileira e na região do Semiárido. Mais de 23,000 adolescentes de 1.070 municípios do Semiárido e mais de 7,000 adolescentes de 468 municípios da Amazônia se integram às redes de adolescentes NUCAs e JUVAs, com engajamento no processo democrático por meio do direito ao voto e ao esporte inclusivo. Em 10 cidades da estratégia da Plataforma de Centros Urbanos, cerca de 900 atores da sociedade civil e 300 adolescentes foram engajados em 17 diálogos temáticos, nos quais desenvolveram planos de impactos coletivo em temas prioritários como a primeira infância, prevenção de exclusão escolar, direitos sexuais e reprodutivos e prevenção de homicídios de adolescentes. (UNICEF)



ODS 3, ODS 4, ODS 10



Resultado Específico 1.3 - Evidências produzidas para subsidiar a tomada de decisão nas áreas de educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional e do trabalho decente com vistas a contemplar necessidades de grupos em situação de maior vulnerabilidade e promover a equidade de gênero, raça, etnia durante todo o curso de vida.

Inclusão Local de Refugiados

Cooperação e promoção de boas práticas referentes à inclusão local permitem o fortalecimento de políticas públicas para migrantes e refugiados no município de São Paulo. No marco do Programa “Cidades Solidárias”, a ONU Brasil deu suporte à disseminação internacional e regional das boas práticas no município de São Paulo, considerando-o uma Cidade Solidária aos refugiados no Brasil. Foram criados incentivos para que o município fortalecesse e expandisse suas políticas em favor da população refugiada e disseminadas boas práticas do município de modo a incentivar o desenvolvimento de políticas públicas e de institucionalidades focadas na proteção e na integração de refugiados no Brasil e no mundo. Dentre as principais atividades, podem-se elencar a capacitação de mais de 200 professores da rede municipal em temas de refúgio, expansão do Centro de Referência e Atendimento a Imigrantes (CRAI) e abertura de mais vagas no Programa Portas Abertas de aulas de português para migrantes oferecidos em escolas públicas. (ACNUR)



ODS 10

Indicadores de Governança das Migrações

Capacidade de gestão estatal frente às migrações no país é fortalecida através do desenvolvimento de ferramenta que auxilia a medição de migrações bem planejadas e geridas indicadas no objetivo 10.7 dos ODS. Os Indicadores de Governança das Migrações (MGI) são uma ferramenta desenhada pela ONU Brasil para auxiliar os estados no mapeamento e mensuração de sua capacidade de governança das migrações, fortalecendo a capacidade de gestão, planejamento de políticas públicas e garantia de direitos em benefício de todos. No Brasil, o MGI já foi aplicado no âmbito federal e, atualmente, está sendo aplicado na cidade de São Paulo e adaptado para um uso mais amplo no âmbito municipal em outras localidades. Os atores engajados melhoraram a sua percepção da transversalidade do fenômeno migratório nas políticas públicas e da importância do estabelecimento de ferramentas de coletas e entrecruzamento de dados e informações que permitam a produção de políticas públicas baseadas em evidências. (OIM)



ODS 10

Cooperação para Desenvolvimento de Capacidades Estatísticas

Dentro da temática da Cooperação Sul-Sul, a ONU Brasil trabalhou para fortalecer as capacidades estatísticas nacionais, essenciais para o desenvolvimento de políticas e a implementação das agendas internacionais. No âmbito do projeto “Centros de Referência em Coleta Eletrônica de Dados em África”, com base na metodologia desenvolvida pelo Brasil, os institutos de estatística de Senegal e em Cabo Verde receberam apoio para atuar como polos multiplicadores na realização de censos e pesquisas com coleta eletrônica de dados no continente africano. (UNFPA)



ODS 3, ODS 5, ODS 10, ODS 17

Integração de crianças em Situação de Exclusão Escolar

Em resposta às 2,8 milhões de crianças (4-17 anos) que ainda estão fora das escolas no Brasil, desenvolveu-se uma plataforma virtual de Busca Ativa Escolar para facilitar a identificação e integração de crianças em situação de exclusão escolar em parceria com gestores municipais de educação (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME); saúde (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS) e assistência pública (Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS). Em menos de um ano e meio, 2,468 (44%) dos municípios adotaram a plataforma, tendo identificado mais de 40,000 crianças em situação de exclusão escolar. Mais de 4,500 gestores municipais em 1,500 municípios e quatro centros urbanos foram capacitados no uso da plataforma. Também se desenvolveu a plataforma Trajetórias do Sucesso Escolar, uma ferramenta digital que pretende auxiliar municípios brasileiros a reverter os índices de distorção idade-série em escolas da rede pública do país. (UNICEF)



ODS 4



Resultado Específico 1.4 - Estratégia de comunicação para a promoção e defesa dos direitos humanos desenvolvida, implementada, monitorada e/ou avaliada, com foco nas áreas de educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional e trabalho decente.

Ações digitais pelo Fim da Violência contra as Mulheres

Participação na ação digital “Destaque Laranja”, que reconheceu pessoas, cidades, escolas, universidades, empresas e outras instituições relevantes para a prevenção e eliminação da violência contra mulheres e meninas no país ao longo do ano, havendo apoio também para a iniciativa “Torne o Mundo Laranja”, da campanha UNA-SE Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres. (OPAS/OMS, UNFPA, ONU Mulheres e ACNUR)



ODS 3, ODS 5

Glossários dos ODS

Apoio à produção dos glossários dos ODS 6, 7, 11 e 14, no âmbito do Grupo Assessor da ONU para a Agenda 2030 e em parceria com entidades governamentais. As publicações adequam os termos e definições acordados internacionalmente à realidade brasileira, com a intenção de fortalecer o debate sobre os temas e orientar a definição de políticas públicas focadas no alcance do desenvolvimento sustentável. (PNUD)



ODS 6, ODS 7 e ODS 11

‘Luz, Câmera, Zero Discriminação’


Pessoas trans e travestis são capacitados na produção de conteúdos audiovisuais pela ONU Brasil. No escopo do treinamento em audiovisual Luz, Câmera, Zero Discriminação, dez encontros foram realizados no Centro de Cidadania LGBT Luiz Carlos Ruas, na capital paulista. Por meio de capacitação teórica e atividades práticas, os participantes aprenderam sobre fotografia, sonorização e produção, além de roteiro, pré-produção, direção, fotografia, filmagem, edição e pós-produção. A iniciativa promoveu o empoderamento de pessoas trans e travestis e reforçou elos para o trabalho conjunto na comunicação de sua linguagem e

visões próprias. A iniciativa é um caso de sucesso de colaboração entre a ONU, o setor público e o setor privado. (UNAIDS)

 ODS 3, ODS 4, ODS 10, ODS 16, ODS 17

Direitos das Crianças e dos Adolescentes

Na área de Comunicação e Mídias Sociais, a campanha #PartiuMudar foi lançada antes das eleições, em parceria com o Supremo Tribunal Eleitoral e o Tribunal Regional Eleitoral, para promover a participação política entre adolescentes em situação eleitoral de voto facultativo (16-17 anos). A campanha alcançou quase 500,000 pessoas. Durante o período eleitoral, também foi lançada a campanha Mais Que Promessas, com seis desafios e recomendações para os candidatos a governadores e presidente, assim como estudos sobre evidências de privações resultantes da pobreza na infância e sobre a distorção idade-série em escolas. 22 candidatos (incluindo cinco para a Presidência da República) assinaram documentos priorizando os direitos das crianças e adolescentes. Desenvolveu-se, ainda, a plataforma virtual Perguntaço, voltada à promoção da participação e engajamento com os candidatos à Presidência, alcançando mais de 20 milhões de pessoas, com mais de 130,000 usuários engajados nas redes sociais. Finalmente, foi lançado o Caretas, uma plataforma de inteligência artificial no Facebook Messenger que encoraja a troca de informação sobre os riscos de se postar fotos ou vídeos íntimos na internet, para promover um diálogo sobre o *sexting* e disseminar informações relativas à obtenção de apoio legal e psicológico para esses temas. A plataforma alcançou mais de um milhão de participantes, com índice de satisfação de 90% dos usuários (UNICEF).

 ODS 3, ODS 4, ODS 10

Eixo Planeta

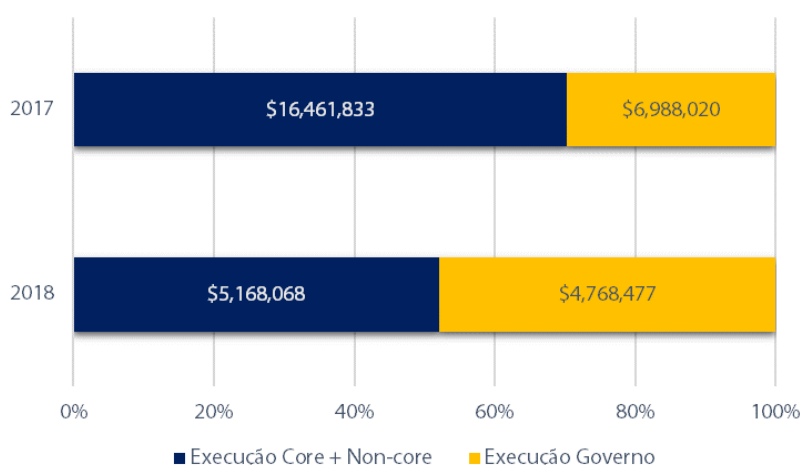
Gestão sustentável dos recursos naturais para as gerações atuais e futuras

O Eixo Planeta busca trabalhar em duas frentes nos temas relacionados à gestão sustentável dos recursos naturais e ao combate às mudanças do clima e seus efeitos adversos. A primeira frente, demonstrada no Resultado 2, concentra esforços na melhoria dos mecanismos de governança e na promoção de engajamento nacional, regional e local dos *stakeholders* em fóruns que assegurem a coordenação e o diálogo permanente sobre o uso e a gestão dos recursos naturais. A segunda frente, refletida no Resultado 3, busca fortalecer as políticas públicas nacionais, garantindo a implementação e a coerência da legislação ambiental brasileira relacionada à gestão sustentável de recursos naturais e serviços ecossistêmicos, bem como ao combate às mudanças do clima e seus efeitos adversos. Para tanto, é dado um enfoque especial nos grupos populacionais em situação de maior vulnerabilidade, populações tradicionais e povos indígenas.

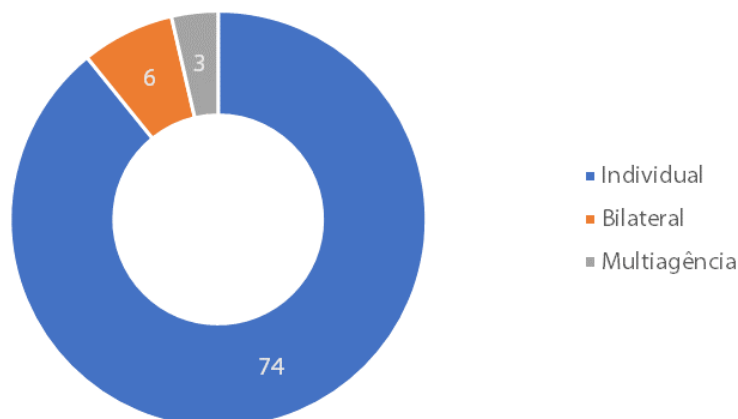
As 83 atividades inseridas no eixo Planeta para o biênio 2017-2018 tiveram uma execução de aproximadamente US\$ 23,5 milhões em 2017, dos quais 30% foram financiados pelo governo e 70% foram financiamento *core* e *non-core*. Em 2018, o orçamento para a execução das atividades do Eixo Planeta foi de aproximadamente US\$ 10 milhões, dos quais 48% dos custos foram financiados pelo governo e 52% foi financiamento *core* e *non-core*.

Dentre as atividades do eixo Planeta, 74 foram implementadas individualmente por entidades da ONU no Brasil, enquanto seis foram atividades bilaterais e três foram multiagência.

Eixo Planeta – Execução orçamentaria em 2017 e 2018



Eixo Planeta – Forma de implementação das Atividades em 2017 e 2018



APORTES EM DESTAQUE

RESULTADO

2

Modelos de governança participativa de gestão sustentável de recursos naturais e serviços ecossistêmicos, efetivos e fortalecidos, buscando territórios integrados, resilientes e inclusivos

Resultado Específico 2.1 - Modelos de governança participativa regional e subnacional para a gestão de recursos naturais e adaptação e mitigação da mudança do clima em áreas urbanas e rurais.

Conservação e Proteção da Saúde Ambiental

Foi promovida a gestão ecossistêmica integrada dos biomas terrestre e marinho na Baía de Ilha Grande, em parceria com o Estado do Rio de Janeiro, por meio da Iniciativa BIG 2050, cujos principais pilares são o Radar BIG 2050 e o Desafio BIG. A Iniciativa é um processo interativo e de longo prazo, que estimula o investimento para melhorar o conhecimento da situação ambiental da Baía enquanto valoriza a participação e a engenhosidade individual e coletiva para atacar os alvos prioritários que têm maior impacto na saúde ambiental da região. Para isso, o Radar congrega dados de diversos parceiros de monitoramento e reúne atualmente 148 indicadores e um grupo de especialistas de diferentes áreas de pesquisa e gestão para identificar as maiores sensibilidades da saúde da Baía. Já o Desafio BIG é um mecanismo de incentivo focado na promoção de ações inovadoras de conservação e proteção da saúde ambiental da região, com base nos resultados do Radar. Em sua primeira seleção, o Desafio escolheu 13 soluções criativas focadas em resolver os problemas ambientais da Baía da Ilha Grande, que contarão com apoio de até R\$ 50,000 para sua execução. Uma publicação lançada em 2018 compila as ideias, propostas e atividades implementadas pela Iniciativa nesse ano. O projeto possui grande potencial de replicação e disseminação em outras áreas costeiras do Brasil e a nível regional e global. (FAO)



ODS 14

Integração da Dimensão Ambiental ao Desenvolvimento Nacional e Regional

O projeto procura acelerar a harmonização, adoção e implementação de indicadores ambientais comuns para promover a integração efetiva da dimensão ambiental nos planos e políticas de desenvolvimento nacionais e regionais na América Latina e Caribe. Em 2017, dois conjuntos de indicadores com 26 fichas metodológicas foram definidos para a região, no âmbito da Iniciativa Latino-Americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável (ILAC) e dos ODS relacionados com o meio ambiente. Webinars realizados em 2017 e 2018 sobre i) Gasto público em mudança do clima, ii) Consumo nacional de materiais, iii) Produção e consumo sustentáveis e iv) Informação geoespacial, foram assistidos por mais de 100 pessoas. Em 2018, o projeto publicou o Diretório de materiais de aprendizado em apoio à capacitação independente das equipes técnicas dos países, tendo contactado mais de 150 pessoas na região e alcançando cerca de mil pessoas nos governos e no setor privado envolvidas com as atividades disponibilizadas. Outros destaques incluem a realização de quatro eventos regionais, em 2017 e 2018, dedicados ao desenvolvimento de indicadores e

treinamento de pontos focais e equipes na produção de informações ambientais; o desenvolvimento da comunidade ILAC online, em que foram disponibilizados os documentos relevantes para o projeto; e a consulta sobre necessidades de capacitação e principais lacunas para a geração de informação ambiental e relatório parcial dos indicadores multipropósito reportados por 15 países da região. Por fim, nota-se a participação na reunião preparatória e no Fórum de Ministros do Meio Ambiente da América Latina e do Caribe, em outubro de 2018. (ONU Meio Ambiente)



Resultado Específico 2.2 - Boas práticas, lições e casos emblemáticos identificados, sistematizados e disseminados em modelos descentralizados e participativos de governança para a gestão sustentável de recursos naturais e serviços ecossistêmicos, construindo regiões integradas, resilientes e inclusivas e considerando tanto as áreas rurais quanto as urbanas.

Mata Atlântica Protegida

A atividade se centra na sensibilização e mobilização de conselheiros, prefeituras, governos estaduais e o Ministério Público em prol do bioma Mata Atlântica nos 17 estados brasileiros que o abrigam. Em 2018, realizou-se: a promoção de 13 encontros nas Assembleias Legislativas de cada estado para o lançamento do projeto e a integração das partes interessadas; o desenvolvimento de cursos online sobre os Planos Municipais da Mata Atlântica (PMMA), repaginados e atualizados com conteúdos específicos para cada estado, com inscrição de mais de 2,500 pessoas entre técnicos de prefeituras, conselheiros e demais atores locais e regionais; a criação da Federação de Conselheiros Municipais de Meio Ambiente, que possibilita a troca de experiências e boas práticas entre os membros dos conselhos municipais, principalmente da sociedade civil; e a seleção de 15 municípios para receber apoio na elaboração dos seus PMMA, servindo de referência e incentivo nas várias regiões. Além disso, os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul definiram que os municípios só podem ter competência para fazer a gestão florestal dos seus territórios se apresentarem um PMMA. (ONU Meio Ambiente)



Proteção e Conservação de Áreas Marinhas

Realização do evento Rumo à Meta 11 de Aichi: Áreas Marinhas Protegidas e Outras Medidas de Conservação, em Recife, que contribuiu para o debate sobre metas de ecossistemas marinhos ligadas à Convenção de Diversidade Biológica. Tal evento foi complementado pela publicação do relatório Rumo à Meta 11 de Aichi: áreas marinhas protegidas e outras medidas efetivas de conservação, que identifica estudos de caso de mais de 30 países, com foco na troca de conhecimento e no compartilhamento de soluções inovadoras entre países da América Latina e do Caribe. Além disso, a oficina Monitoramento Participativo de Pesca: troca de experiências com representantes da América Latina, realizada em Florianópolis em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), permitiu o fortalecimento da capacidade institucional de organizações governamentais e não governamentais que apoiam e participam da Iniciativa Azul Brasileira. Ela promoveu o intercâmbio de

conhecimentos entre especialistas em monitoramento participativo da pesca na América Latina e Caribe e produziu o relatório Benefícios do monitoramento participativo da pesca em áreas marinhas protegidas, contribuindo para múltiplas metas de biodiversidade e desenvolvimento sustentável, com recomendações referentes a mecanismos legais, sociais e tecnológicos que podem ajudar na implementação do monitoramento participativo da pesca nas áreas marinhas protegidas de uso sustentável no Brasil. (ONU Meio Ambiente)



ODS 13, ODS 14, ODS 15, ODS 17

8º Fórum Mundial da Água

O Fórum Mundial da Água (FMA) foi realizado em Brasília, em março de 2018, e contou com amplo engajamento do Sistema ONU no Brasil em sua realização. A ONU Brasil apoiou também o engajamento da sociedade civil do Brasil e de vários países da América Latina e Caribe nas questões relevantes ao Fórum através de atividades como: a realização do Processo Cidadão do 8FMA, das discussões promovidas durante suas sessões ordinárias e especiais e das rodas de conversa e debates realizados na Vila Cidadã; a produção de materiais didáticos para o ensino fundamental público; a divulgação das contribuições da sociedade civil para o Processo Cidadão do 8FMA, especialmente no que tange à sua continuidade no 9º FMA; a produção da edição em português de publicações associadas ao Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos para distribuição no 8º FMA; e ao desenvolvimento e alimentação de um banco de dados sobre capacitação, mobilização e engajamento social no Processo Cidadão. Além disso, as atividades apoiaram a realização de importantes eventos preparatórios ao FMA, tais como a oficina “Construindo uma proposta de Água e Gênero para o Brasil”, e, além dos representantes das entidades da sociedade civil do Brasil e de vários países parceiros da região da América Latina e Caribe (LAC) presentes no 8FMA, também beneficiaram alguns representantes de povos indígenas e comunidades tradicionais, especialmente do Brasil. (UNESCO)



ODS 6

Planeta ODS

Também no âmbito do 8º Fórum Mundial da Água, em que participaram mais de 100 mil pessoas vindas de 173 países, o evento “Planeta ODS” foi um espaço de referência para discutir o tema “Água, Ciência e sua relação com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”, cuja realização contou com uma parceria entre 22 instituições. Nele, foi lançado o Glossário do ODS 6 – Água potável e saneamento básico, com termos e definições sobre o tema adaptados à realidade brasileira. Durante quatro dias, mais de mil visitantes participaram de debates sobre água e governança, colaboração do setor privado para o alcance das metas do ODS 6, empreendedorismo e gestão de recursos hídricos e desenvolvimento rural sustentável, os quais contaram com a participação de representantes da sociedade civil, setor privado, academia, governos e organismos internacionais. Também foram realizadas rodas de conversa e exposição de filmes, com destaque para a sessão comentada do documentário “Baía Urbana”, com a presença do cineasta Ricardo Gomes, e para a divulgação do Relatório Mundial de Água 2018, produzido pela UNESCO, com foco no Brasil. (PNUD)



ODS 6

RESULTADO

3

Capacidades institucionais fortalecidas para promover as políticas públicas, sua coerência e implementação, para a gestão sustentável de recursos naturais e serviços ecossistêmicos e o combate às mudanças do clima e seus efeitos adversos

Resultado Específico 3.1 – Capacidades institucionais de organizações governamentais e não-governamentais e redes multissetoriais são fortalecidas para apoiar inovação e uma transição para uma gestão mais sustentável de recursos naturais e serviços ecossistêmicos, e combater mudança climática e seus efeitos adversos e áreas urbanas e rurais.

Base de Dados sobre a Biodiversidade Brasileira

No ar desde 2014, o Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBr) é uma plataforma que visa reunir a maior quantidade de dados sobre a diversidade biológica do Brasil. Em 2018, o número de registros de ocorrência de biodiversidade publicados no SiBBr e em instituições parceiras chegou a mais de 15 milhões, sendo mais de 4 milhões oriundos do Projeto Flora do Brasil 2020, parceria com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Foi lançada a ferramenta Biodiversidade & Nutrição, que permite pesquisar o valor nutricional de alimentos da biodiversidade brasileira, criada em parceria com o Ministério do Meio Ambiente no âmbito do projeto Biodiversidade para Alimentação e Nutrição (BFN). Ocorreu, ainda, a criação da Rede Brasileira de Ciência Cidadã, que cadastra novas iniciativas e projetos de ciência cidadã e oferece informações para diferentes linhas de pesquisa; a divulgação e seleção nacional do Prêmio Jovens Pesquisadores, oferecido pelo *Global Biodiversity Information Facility* (GBIF) para incentivar a inovação científica na área de tecnologia da informação para a biodiversidade; a documentação de toda a plataforma conforme o padrão *DarwinCore*; a produção de dois vídeos institucionais voltados ao público em geral e três vídeos tutoriais para pesquisadores sobre o uso do SiBBr; uma capacitação sobre a plataforma para o IBAMA; e o ingresso na Comunidade ALA-GBIF. (ONU Meio Ambiente)



ODS 3, ODS 6, ODS 12, ODS 13, ODS 14, ODS 15

Desenvolvimento Inclusivo no Nordeste

O Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) faz parte da parceria firmada com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) voltada ao fortalecimento das capacidades institucionais desta para realizar e implementar processos de desenvolvimento inclusivo na região. A fim de fomentar a elaboração do Plano, foi realizado, em março de 2018, o Seminário "Caminhos para o Desenvolvimento do Nordeste", com a participação do Tribunal de Contas da União (TCU), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). Discutiram-se possibilidades de cooperação técnica e de desenvolvimento de tecnologias com a utilização de ferramentas de implementação de projetos de infraestrutura e empreendedorismo, negócios inclusivos e de impacto. (PNUD)



ODS 8, ODS 9

Conservação e Restauração de Recursos Naturais na Bahia

Como parte do Projeto Pró-Semiárido (PSA), financiou-se a conservação e a restauração de recursos naturais em territórios do estado da Bahia, incluindo em comunidades quilombolas, indígenas e de fundo de pasto, à luz de algumas práticas de produção correntes que contribuíram para o surgimento de áreas suscetíveis à desertificação e em estado avançado de desertificação no estado. O projeto contratou 11 entidades da sociedade civil para fornecer serviços de assistência técnica de qualidade às comunidades; apoiou 174 planos comerciais de produção, com R\$ 100 milhões investidos em áreas produtivas fundamentais, e investimento específico em capital humano e social, fortalecendo as capacidades de organizações locais. Destacaram-se o plano comercial com uma cooperativa local de processamento de frutas com repercussões significativas, assim como intervenções-chave no suprimento de água para propósitos humanos e produtivos na represa de Ponto Novo, aumentando a capacidade da represa e beneficiando 230,000 pessoas com melhor acesso à água e irrigação sustentável na região. (FIDA)



ODS 6, ODS 12, ODS 13, ODS 15

Combate à Desertificação do Bioma Caatinga

Por meio do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (PROCASE), na Paraíba, prestou-se apoio à luta contra a desertificação do bioma Caatinga e pela adaptação da produção às condições ambientais locais. A atividade incluiu a implementação de 53 hectares de sistemas agroflorestais, beneficiando 345 famílias; a instalação de 798 sistemas subterrâneos de extração de água associados ao plantio de palmeiras resistentes a carmim, como parte do Plano de Emergência da Água, abarcando cerca de 294 hectares e beneficiando 6,760 famílias; e a implementação de 60 instalações de dessalinização, que beneficiaram 1,800 famílias, e de sistemas de energia fotovoltaica em quatro cooperativas de agricultura familiar para processamento de matérias-primas, com 166 beneficiários diretos (cooperados) e 610 indiretos (produtores que fornecem matéria-prima). O desenvolvimento de bancos de sementes de espécies nativas e exóticas adicionaram uma nova fonte de renda aos beneficiários do projeto, e a colaboração com a Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA) trouxe novas sinergias e pronta emissão de licenças operacionais, assim como o cofinanciamento para análises de viabilidade ambiental, incluindo as de quatro represas na área do projeto. (FIDA)



ODS 1, ODS 2, ODS 12, ODS 15



Resultado Específico 3.2 - País recebe apoio para fortalecer suas capacidades institucionais para fomentar a produção sustentável e o consumo, bem como a gestão de recursos naturais em áreas rurais e urbanas.

Produção e Consumo Sustentáveis

Apoio à implementação do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) por meio de capacitações e estudos técnicos para subsidiar a tomada de decisão e o desenvolvimento de políticas públicas. Em 2018, essa cooperação se manifestou no apoio para a realização de cursos de capacitação em 359 cidades brasileiras, no contexto do Programa da Agenda Ambiental na Administração Pública, trabalhando seis eixos temáticos: a) uso racional dos recursos naturais e bens públicos; b) gestão adequada dos resíduos gerados; c) melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho; d) sensibilização e capacitação dos servidores; e) contratações de bens e serviços com sustentabilidade; f) implementação de

critérios para construções sustentáveis. Demais ações incluem a publicação da cartilha *Pequeno guia prático para a agricultura urbana* e o apoio nas seguintes atividades: a revisão de diretrizes, a estruturação de eixos temáticos e a priorização de estratégias do segundo ciclo de implementação do PPCS (2016/2020), alinhados com o ODS 12, demais metas da Agenda 2030 e com os seis programas do Quadro Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis; a elaboração de regimento interno e planejamento estratégico do Comitê Gestor Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis; a elaboração de plano de sensibilização e formação de professores e realização de dez cursos de capacitação nos temas de educação para o consumo e educação ambiental no Maranhão; e o lançamento da quinta edição da pesquisa Akatu, Panorama do consumo consciente no Brasil: desafios, barreiras e motivações. Foi estabelecida também uma parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Bahia (Sebrae/BA), que visa a aumentar o número de empresas com licença ambiental na região. (ONU Meio Ambiente)



ODS 8, ODS 11 e ODS 12

Combate ao Lixo no Mar

Lançada no Brasil em junho de 2017, a campanha global Mares Limpos tem o intuito de combater a poluição plástica que chega aos oceanos. O apoio oficial do governo brasileiro à campanha, conferido em setembro de 2017, reforçou seu compromisso em desenvolver o Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar. O I Seminário Nacional de Combate ao Lixo no Mar, primeira etapa da elaboração desse Plano Nacional, reuniu 26 panelistas, mais de 200 participantes e mais de 35,000 telespectadores online. A Comissão para o Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar, criada em 4 de junho de 2018, comprometeu-se a concluir o Plano Nacional em junho de 2019, incluindo consultas públicas em sua elaboração. Nessa linha, treze cidades brasileiras assinaram compromissos com a Campanha Mares Limpos em 2018, comprometendo-se com ações políticas e legislativas para combater o lixo plástico que chega ao oceano a partir de seus territórios e já desenvolvendo planos de ação locais para enfrentar o problema. Além disso, ações de *advocacy* desenvolvidas em 2018 incluem: Mares Limpos na Volvo *Ocean Race*, com o time *Turn the Tide on Plastic*; o lançamento da websérie Mares Limpos; e o encontro Oceano plástico: como escapar desse emaranhado? (ONU Meio Ambiente)



ODS 4, ODS 6, ODS 12, ODS 14 e ODS 17

Recuperação de Áreas Degradadas em Sergipe

Em 2018, o projeto concluiu as primeiras Unidades de Recuperação de Áreas Degradadas e Redução da Vulnerabilidade Climática (URAD) do Brasil: quatro URADs foram implementados na região Noroeste do estado de Sergipe. Mais de 300 famílias de agricultores foram beneficiadas diretamente pelas URADs, e cerca de 500 pessoas foram capacitadas, como agricultores familiares, líderes comunitários e agentes de extensão. Essas experiências bem-sucedidas em Sergipe contribuíram para a disseminação e replicação do modelo para áreas suscetíveis à desertificação (ASD) nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão e Piauí. Além disso, a estratégia do URAD foi adotada por um programa nacional de conversão de multas em serviços de preservação, melhoria e recuperação ambiental, assim, mais URADs podem ser implementados nos estados do Piauí, Maranhão e Ceará. (PNUD)



ODS 12, ODS 15

Proteção da Camada de Ozônio

A assistência técnica prestada ao governo e ao setor de espuma de poliuretano em 2018 resultou na conversão para tecnologias livres de substâncias destruidoras de ozônio (SDO) de 46 pequenas e médias empresas nacionais e na eliminação gradual do consumo de 127 toneladas de SDO. Também houve avanço na implementação do Sistema Integrado de Gestão de SDO e nas adaptações no incinerador para disposição final de 75 toneladas de SDO armazenadas em Centros de Recuperação. (PNUD)



ODS 15

Redução da Pobreza Rural por Meio da Agricultura Familiar

Prestou-se apoio ao estado de Sergipe na implementação do projeto “Dom Távora”, acordo de empréstimo para reduzir a pobreza rural nos 15 municípios mais pobres do estado por meio da agricultura familiar. Até 2018, apoiou-se a execução de 180 Planos de Negócios e Planos de Investimento Produtivos, que beneficiam diretamente 1,684 famílias, das quais 814 são chefiadas por mulheres, e 51 são quilombolas. O projeto também apoia o desenvolvimento de capacidades de agricultores e técnicos estaduais e produz conhecimento especializado sobre cadeias produtivas em Sergipe. (PNUD e FIDA)



ODS 15

Produção Sustentável no Contexto do Semiárido

Como parte do Projeto Viva o Semiárido (PVSA), no Piauí, financiou-se o treinamento vocacional para jovens da área rural com foco na produção sustentável no contexto do semiárido com vistas à inclusão produtiva, assim como o estabelecimento de um Centro do Apoio aos Trabalhadores para fornecer apoio técnico e administrativo e orientação para trabalhadoras e trabalhadores jovens, com 156 cursos (de 200 horas cada) para cerca de 3,500 jovens da área rural. Em matéria de apoio, o projeto apoiou 163 investimentos produtivos somando R\$ 47 milhões em áreas produtivas fundamentais; apoiou quatro planos de investimento produtivo estratégicos de amplo alcance desenvolvidos com organizações econômicas; e apoiou a consolidação de várias associações e organizações partes da cooperativa COOVITA, o que beneficiou potencialmente mais de 50,000 criadores de ovelhas e bodes com foco em comunidades quilombolas. O projeto também contratou 11 entidades, em especial da sociedade civil, que garantiram o fornecimento de assistência técnica por pelo menos 24 meses para as comunidades; implementou cursos de treinamento em empreendedorismo complementares aos investimentos em produção; e treinou 1,380 educadores no campo da Educação Contextualizada para o Semiárido em escolas rurais da área do projeto, o que, em colaboração com a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), serviu como modelo para relacionar questões de produção com a educação em sala de aula. (FIDA)



ODS 1, ODS 2, ODS 5, ODS 10, ODS 12

Eixo Prosperidade

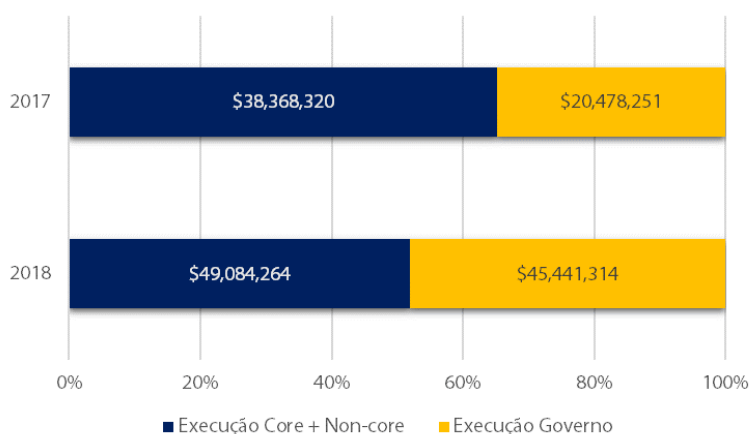
Prosperidade e qualidade de vida para todas as pessoas

A eliminação da pobreza e a busca de melhor qualidade de vida, por meio de promoção do crescimento econômico inclusivo, sustentado e sustentável, foram o centro das atenções das atividades inseridas no contexto do Eixo Prosperidade. Os dois resultados deste eixo abordam i) questões relacionadas à diversificação produtiva, ao fortalecimento da indústria e ao estabelecimento de infraestruturas resilientes, incluindo a produção habitacional, com o objetivo de promover a inovação e o aumento da produtividade; e ii) o alcance de desenvolvimento econômico aliado à justiça social, apoiando as políticas de empregabilidade, empreendedorismo, promoção do diálogo social, mecanismos de garantia dos direitos trabalhistas, combate ao trabalho forçado e infantil e garantia da igualdade de direitos para todas as pessoas, com foco especial nos grupos mais excluídos do mercado de trabalho.

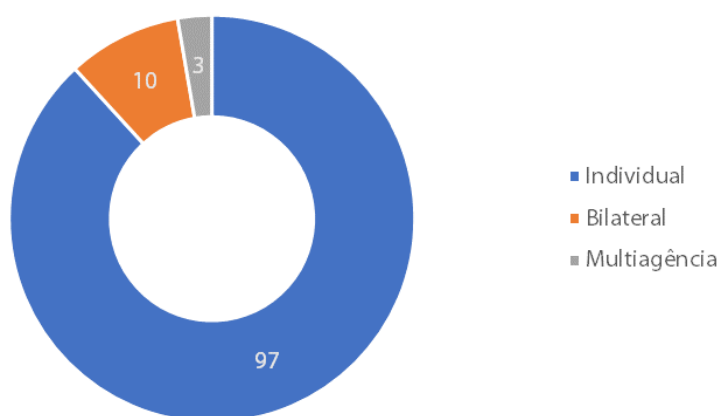
As 110 atividades do Eixo Prosperidade para o biênio 2017-2018 tiveram um orçamento de aproximadamente US\$ 58,9 milhões em 2017, dos quais 35% dos custos foram financiados pelo governo e 65% foram financiamento *core* e *non-core*. Em 2018, a execução das atividades do Eixo Prosperidade foi de aproximadamente US\$ 94,5 milhões, dos quais 48% foram financiamento do governo e 52% foram recursos *core* e *non-core*.

Dentre as atividades, 97 foram individualmente implementadas pelas entidades da ONU no Brasil, dez foram atividades bilaterais e três foram atividades multiagência.

Eixo Prosperidade – Execução orçamentaria em 2017 e 2018



Eixo Prosperidade – Forma de implementação das Atividades em 2017 e 2018



APORTES EM DESTAQUE

RESULTADO

4

Crescimento econômico inclusivo e ambientalmente sustentável, com diversificação produtiva, fortalecimento industrial, infraestrutura resiliente, aumento da produtividade e inovação, transparência, participação social e valorização das micro e pequenas empresas



Resultado Específico 4.1 - Políticas públicas e privadas bem como capacidades institucionais fortalecidas para promover a melhoria das cadeias de valor, estimulando a inovação, e melhorando a competitividade para promover o desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável.

Práticas Ecológicas e Desenvolvimento

Famílias rurais de baixa renda do Ceará receberam financiamento para a melhoria produtiva de práticas agroecológicas no bioma da Caatinga. Acompanhado do investimento produtivo, a ONU Brasil também apoiou as famílias através da disponibilização de equipes de assistência técnica, fornecendo, assim, acesso a técnicas de produção adequadas com foco no conceito de convivência com as condições semiáridas do estado. Cerca de 31 municípios da região do semiárido fazem parte do projeto, beneficiando mais de 60,000 famílias através do aumento da renda via fortalecimento das capacidades organizacionais e individuais, melhoria de acesso à água, e capacitação e financiamento. (FIDA)



ODS 1, ODS 2, ODS 5, ODS 10, ODS 12, ODS 15

Desenvolvimento da Aquicultura

Empreendimentos familiares da aquicultura brasileira são fortalecidos por meio da realização de estudos de viabilidade técnica e econômica, diagnósticos e proposição de planos de negócios, de modo a contribuir para o desenvolvimento sustentável do setor. A ONU Brasil também apoiou a definição de critérios de sustentabilidade dos parques aquícolas, avaliação de corpos hídricos, simulações e proposição de modelos de gestão. Além disto, foram oferecidas assistência técnica para o controle de qualidade na produção de animais e produtos aquícolas, apoio ao desenvolvimento de instrumentos de monitoramento do Plano Nacional de Monitoramento da Aquicultura, suporte à reestruturação do marco legal da legislação aquícola brasileira e ao desenvolvimento de ações voltadas à sustentabilidade institucional do setor. (FAO)



ODS 2

Melhoria Produtiva e Aumento da Qualidade de Vida

Famílias rurais de baixa renda no Sergipe impulsionam sua produção através de financiamento para a realização de investimentos nas áreas de melhoria das capacidades produtivas, transformação, gestão empresarial, acesso aos mercados e marketing. 10,000 famílias rurais em 15 municípios do estado foram beneficiadas via cofinanciamento aos produtores e suas organizações para investimentos produtivos

associados à assistência técnica e treinamento em aspectos produtivos, de marketing e de gestão de negócios. (FIDA)



ODS 1, ODS 2, ODS 5, ODS 10, ODS 12

Políticas Macroeconômicas e os Direitos Humanos e Direitos das Mulheres

A formulação de políticas macroeconômicas focadas nos direitos humanos e direitos das mulheres é incentivada através do desenvolvimento de uma rede de especialistas e acadêmicos voltados a pensar o tema. O Sistema ONU promoveu um encontro técnico sobre macroeconomia e gênero afim de abrir caminho para o debate acerca de ideias, conceitos e referenciais teóricos nestes tópicos. (ONU Mulheres, OIT)



ODS 5, ODS 8, ODS 9, ODS 10, ODS 17

Desenvolvimento Territorial do Piauí

O desenvolvimento social, institucional, ambiental e econômico dos territórios do Piauí é fomentado. O sistema ONU promoveu oficinas com órgãos do estado para avançar na pactuação de metodologia para elaboração de diagnóstico, à luz dos ODS, sobre a situação social, econômica, ambiental e institucional do estado do Piauí, Territórios Vale do Rio Itaim, Serra da Capivara e Cocais, e seus municípios. Ao final de 2018, o Vale do Rio Itaim e 16 municípios tiveram seus diagnósticos apresentados. Além disso, a temática de gênero está sendo fortalecida na região através do projeto "Mulheres Resilientes", com incentivo a negócios sociais de impacto nesta temática. (PNUD)



ODS 8

Preservação do Patrimônio Cultural

A preservação do patrimônio cultural é incentivada através de mobilização regional. A ONU Brasil apoia o processo de consolidação do Centro Lúcio Costa como uma importante referência no campo do patrimônio cultural no Brasil e região, através de cooperação técnica internacional com instituições brasileiras e de outros países. Além desta mobilização, novas parcerias e interação foram promovidas para a formulação de candidaturas a Patrimônio Mundial, como no caso do Cais do Valongo, que efetivamente foi inserido na Lista da UNESCO; ou da contribuição ao debate sobre os desafios enfrentados na esfera do Comitê Gestor da Paisagem Cultural do Rio de Janeiro. (UNESCO)



ODS 1, ODS 4, ODS 11, ODS 17

Promoção do Setor Cultural

O setor cultural e criativo brasileiro é fortalecido através da constituição de um fluxo facilitador para transações diretas entre produtores e consumidores no contexto das indústrias criativas. Em 2018, a ONU Brasil apoiou um megaevento voltado para o setor da indústria criativa, promovendo trocas comerciais e de experiência entre os representantes dos países participantes. Foram realizadas rodadas de negócios, oferecidos espaços para a troca de contatos profissionais, oportunidades de apresentação de produtos e serviços, atividades de capacitação para empreendedores, como palestras, seminários, oficinas e clínicas de mentoria, além de apresentações artístico-comerciais de música, artes cênicas, moda e gastronomia. Cerca de 400 artistas, produtores culturais, empresas brasileiras, entre outros, foram beneficiados através da

participação diária de aproximadamente 2,000 pessoas nas atividades de mercado e de 3,000 na programação cultural. (UNESCO)



ODS 1, ODS 4, ODS 8, ODS 10, ODS 17

Patrimônio Cultural e Cidades

Prefeitos(as) e gestores(as) públicos(as) compartilham experiências acerca do uso do patrimônio cultural, atentando também para a qualidade de vida das comunidades, por meio da discussão de ações de restauro, revitalização e requalificação de edifícios, praças e outros espaços públicos de convivência. A preservação e o uso sustentável do patrimônio cultural foram debatidos através de seminário promovido no âmbito do projeto “Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas”. Estiveram presentes representantes dos 14 sítios culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, além de outros gestores. Como resultado, foi assinada a Portaria interministerial que institui a Política Nacional de Gestão Turística do Patrimônio Mundial no Brasil, com o objetivo de estimular o desenvolvimento de produtos turísticos em sítios Patrimônio Mundial, fomentando o turismo sustentável, cultural e natural. (UNESCO)



ODS 1, ODS 4, ODS 7, ODS 11

Aprendizado On-line

Jovens recebem instrução via plataforma digital para desenvolvimento de suas habilidades pessoais, emocionais e competências básicas em língua portuguesa e matemática. O projeto Educação Livre, parceria da ONU Brasil com o Serviço Nacional da Indústria (SESI), desenvolveu uma plataforma digital que tem como foco a oferta de conteúdos digitais para jovens entre 16 e 29 anos, tendo como principal estratégia o engajamento, a interação e a autonomia no processo de aprendizagem de forma colaborativa, visando aumentar a empregabilidade de jovens e reduzir, assim, desigualdades sociais e econômicas. (UNESCO)



ODS 4, ODS 8, ODS 9, ODA 10

Sustentabilidade no Setor Privado

A produção sustentável dentro do setor privado é incentivada a partir deste projeto que visa eliminar parte do uso de HCFC-22 na manufatura de equipamentos de refrigeração e ar condicionado no Brasil, diminuindo o crescimento da demanda futura pela substância no setor de serviços. O sistema ONU no Brasil promoveu o engajamento do setor privado nos workshops oferecidos e nas mudanças a nível de planta industrial e *line-up* de produtos futuros. As empresas receberão, entre outros, assistência técnica na avaliação das tecnologias alternativas mais adequadas, testes pilotos de protótipos produzidos com substâncias alternativas ao HCFC-22 e treinamento de técnicos para a operação segura de novos equipamentos. As empresas beneficiárias se manterão no mercado e permanecerão competitivas quando cotas de consumo de HCFC-22 forem estabelecidas por legislação para cumprimento das metas definidas pelo Protocolo de Montreal. (UNIDO)



ODS 9



Resultado Específico 4.2 - Capacidades institucionais ampliadas para o fortalecimento e articulação de políticas públicas nas áreas de infraestrutura, cidades, energia, sistemas de transporte e mobilidade urbana

que sejam seguras e ambientalmente sustentáveis, adensadas tecnologicamente e desconcentradas para reduzir as desigualdades territoriais.

Financiamento de Melhorias na Infraestrutura

Gerenciamento de projetos públicos de infraestrutura no Distrito Federal (DF) é aprimorado através de capacitação técnica. A ONU Brasil realizou duas oficinas, uma com a Secretaria de Planejamento do DF e outra com servidores estaduais em curso da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), visando aportar capacidade técnica para priorizar, avaliar e estruturar o financiamento alternativo de infraestrutura, melhorando a qualidade técnica dos projetos. A atividade incluiu treinamento *on-the-job*, uma discussão de projetos com especialistas técnicos e treinamentos formais nas áreas técnica, econômica e jurídica. (UNOPS)



ODS 11, ODS 16, ODS 17



Resultado Específico 4.3 - Micro e pequenas empresas fortalecidas, empreendedorismo, associativismo e inclusão produtiva estimulados em instâncias decisórias de política econômica e produtiva com destaque para a igualdade de gênero, raça, etnia e geracional, entre outros, e com respeito ao meio ambiente.

Filantropia e Desenvolvimento Sustentável

Participantes de redes de entidades de filantropia intensificam colaboração em prol do desenvolvimento sustentável. O sistema ONU promoveu encontros entre representantes de entidades filantrópicas para discutir como a filantropia pode envolver a população para garantir o desenvolvimento sustentável e como promover debates sobre o assunto criando espaço para que organizações possam colocar ideias em prática. Além disso, o grupo definiu ODS aceleradores que servirão como incentivo para o alcance dos demais. (PNUD)



ODS 4, ODS 10, ODS 16, ODS 17

Pequenos Negócios com Produção Sustentável

Micro e pequenas empresas recebem incentivos para a redução de impactos ambientais e elevação de impactos econômicos e sociais através do engajamento na aplicação da metodologia da EcoInovação e Ciclo de vida. Estudos em análise de ciclo de vida e EcoInovação objetivam orientar como integrar processos de sustentabilidade em estratégias e modelos de negócios. (ONU Meio Ambiente)




ODS 8, ODS 9, ODS 12, ODS 17

Pequenos Investidores e Desenvolvimento Inclusivo

Pequenos investidores recebem apoio para a promoção do desenvolvimento inclusivo e sustentável no país. A ONU Brasil publicou três relatórios sobre negócios inclusivos, para apoiar investidores: i) Gestão do conhecimento no ecossistema de Negócios de Impacto no Brasil; ii) Retrato dos Pequenos Negócios Inclusivos e de Impacto no Brasil; e iii) Aceleração de Negócios de Impacto: um olhar sobre as práticas atuais.

Adicionalmente, cerca de 1,000 pessoas foram capacitadas por meio de seminários para a promoção e criação de um novo ambiente de negócios nas suas empresas. (PNUD)

 ODS 8, ODS 17

Produtividade e Sustentabilidade

Pequenos produtores da Paraíba acessam incentivos para aumentar sua produtividade e produção de forma sustentável, ampliando a qualidade dos produtos e o acesso ao mercado. O sistema ONU ofereceu treinamento em técnicas agrícolas e não-agrícolas, assistência técnica em fortalecimento organizacional de cooperativas e associações de diferentes setores, e financiamento em base de concessão para a adoção de tecnologias mais sustentáveis e a melhora nos processos e estratégias de marketing. Cerca de 15,000 famílias foram beneficiadas com o aumento da capacidade produtiva e a consequente ampliação da renda. (FIDA)

 ODS 1, ODS 2, ODS 5, ODS 10, ODS 12

Cooperação sul-sul para a Sustentabilidade

A sustentabilidade produtiva é promovida através do evento “Juntos por um Algodão Sustentável – Oficina regional de intercâmbio de experiências para a sustentabilidade da produção algodoeira na América Latina” realizado pelo sistema ONU no país em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). O evento foi realizado na cidade de Lima e fomentou, entre outros, o associativismo, a certificação de cadeias de valor e o desenvolvimento de sistemas de mercado, a igualdade de gênero, normas e políticas públicas, saúde e segurança no trabalho, a sustentabilidade, o combate ao trabalho infantil e o trabalho forçado e a cooperação Sul-Sul. A experiência do Algodão Brasileiro Responsável (ABR) da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão, que foi compartilhada no evento, é um caso de sucesso e pode servir de inspiração para modelos de certificação de outros insumos agropecuários. (OIT, FAO)

 ODS 8, 12 e 13

RESULTADO

5

Resultado 5 - Redução das desigualdades socioeconômicas e territoriais, com promoção do pleno emprego e do trabalho decente, garantia dos direitos sociais e trabalhistas, qualificação profissional, e com especial atenção às pessoas em situação de maior vulnerabilidade

Resultado Específico 5.1 - Políticas públicas e privadas reforçadas e estimuladas para o pleno emprego e trabalho decente, com ênfase na promoção dos direitos e princípios fundamentais no trabalho, e na promoção de igualdade de gênero, raça, etnia e geracional e democracia no ambiente laboral.

Igualdade de Gênero e Empoderamento Econômico

A igualdade de gênero e o empoderamento econômico de mulheres são incentivados através da realização de eventos com a participação de representantes de empresas privadas e públicas, visando o fortalecimento de suas capacidades para implementar compromissos firmados com os Princípios de Empoderamento das

Mulheres. Em 2018, após a adesão de 39 novas empresas signatárias e comprometidas com os Princípios do Empoderamento das Mulheres, totalizando 189 assinaturas, a ONU Brasil realizou diversos eventos a fim de trazer à tona a discussão acerca da melhoria no desenvolvimento da liderança empresarial das mulheres, sua participação da força de trabalho, empreendedorismo, empoderamento econômico e, assim, a participação plena e igualitária de mulheres na sociedade. Mais de 3,000 pessoas, na sua maioria líderes do setor privado, acompanharam os eventos. (ONU Mulheres, OIT)

 ODS 5, ODS 8


Gênero e Inclusão nas Empresas

Empresas brasileiras recebem apoio para o combate à discriminação de gênero, através do lançamento da versão em português da Ferramenta de Análise de Diferenças de Gênero e Princípios de Empoderamento das Mulheres. A ferramenta permite que empresas identifiquem pontos fortes, lacunas e oportunidades que melhorem o desempenho em igualdade de gênero no trabalho, mercado e comunidade — com isto, ajudando-as a implementar mudanças internas condizentes com as demandas atuais que dizem respeito ao tratamento igualitário entre homens e mulheres no trabalho, e na sociedade como um todo. (PNUD, Rede Brasil do Pacto Global, ONU Mulheres)

 ODS 5, ODS 8

Reintegração de Migrantes Brasileiros

Brasileiros e brasileiras em situação de vulnerabilidade no exterior recebem suporte para retornar ao país de forma segura e humana, além de obter suporte para agilização no processo de reintegração. Juntamente com o custeio da viagem, foram oferecidos apoio financeiro e acompanhamento administrativo e social durante os primeiros meses após o retorno. 794 brasileiros e brasileiras residentes em outros países que se encontravam em diversas situações migratórias, regulares e irregulares, e que desejavam retornar ao Brasil, foram beneficiados. (OIM)

 ODS 8, ODS 10

Empoderamento de Refugiadas

O empoderamento econômico de refugiadas é fortalecido através do aumento do seu potencial de empregabilidade no Brasil. Foram realizados treinamentos, workshops, acesso a oportunidades de emprego e conscientização das empresas acerca do tema. Em 2018, 50 mulheres do Congo, Síria e Venezuela passaram por sessões de *coaching* e entrevistas em diversas empresas nacionais e internacionais no país. (PNUD, PACTO GLOBAL, ONU MULHERES E ACNUR)

 ODS 5, ODS 8 e ODS 10

Identificação de Riscos de Trabalho Infantil

Trabalho infantil na América Latina é combatido via ferramenta desenvolvida com apoio da ONU Brasil. O Modelo de Identificação de Riscos de Trabalho Infantil consiste em uma ferramenta de análise de dados estatísticos e administrativos, que gera informações georreferenciadas para seu uso como fonte confiável de informações para desenvolver intervenções multissetoriais em determinados territórios. O modelo foi testado de maneira piloto em sete países: Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Jamaica, México e Peru. Os sete países-piloto têm conseguido, ao longo do processo, identificar as melhores técnicas estatísticas

para a aplicação do modelo, a fim de colaborar para a interrupção da trajetória do trabalho infantil e para sua prevenção a partir de políticas articuladas. (OIT, CEPAL)



Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil nas Américas

Entre 2016 e 2018, foi implementada a atividade “Reforçando a Transição da Escola para o Trabalho para a Eliminação do Trabalho Infantil”, projeto de cooperação Sul-Sul entre o Brasil e sete países do Caribe (Bahamas, Granada, Guiana, Jamaica, Santa Lúcia, Suriname e Trinidad e Tobago) com o objetivo de contribuir para os esforços desses países na eliminação do trabalho infantil por meio do compartilhamento da experiência brasileira. No âmbito desse projeto, realizou-se, em julho de 2018, na Jamaica, a Oficina de Treinamento de Treinadores, que consistiu em uma capacitação sobre inspeção do trabalho para técnicos e técnicas dos ministérios do Trabalho de países do Caribe. Participaram 30 profissionais da Jamaica e quatro de Bahamas e da Guiana. A partir da oficina, foram desenvolvidos currículos de formação específicos para cada país, manuais, avaliação e outras ferramentas organizacionais para a replicação da formação nacional, conferindo uma nova dimensão ao tema de trabalho infantil no Caribe. O plano de trabalho de apoio ao Caribe foi considerado um caso de sucesso não apenas por seus resultados técnicos de curto e médio prazo, mas também por ter aproximado os países do Caribe do Brasil e por ter estimulado uma participação mais ativa destes países da Iniciativa Regional América Latina e Caribe livres de trabalho infantil. A experiência com o Caribe foi, inclusive, apresentada como uma boa prática de Cooperação Sul-Sul durante a Expo Global de Desenvolvimento Sul-Sul em novembro de 2018, em Nova York. (OIT)



Reformulação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

A pesquisa sobre boas práticas de operacionalização das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (AEPETI), realizada em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) ao longo de 2016 e 2017 por meio de entrevistas semiestruturadas e grupos focais, resultou na elaboração do “Caderno de Orientações Técnicas para o aperfeiçoamento da gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil”, lançado em 2018. O Caderno foi elaborado com o objetivo de analisar as potencialidades e dificuldades encontradas na operacionalização das AEPETI e faz uma avaliação dos cinco eixos, identificando as principais atividades realizadas, as principais críticas e as boas práticas: i) Informação e Mobilização; ii) Identificação; iii) Defesa e Responsabilização; iv) Proteção Social; e v) Monitoramento. As orientações contidas no caderno visam diminuir as dúvidas sobre conceitos básicos acerca do trabalho infantil; apresentar de maneira didática as responsabilidades na execução das ações e as atuações com e sem cofinanciamento; demonstrar ações operativas na realização dos eixos que constituem as AEPETI; e expor algumas propostas de operacionalização das AEPETI de forma integrada a partir da sugestão de um passo a passo. Destaca-se que os diagnósticos intersetoriais municipais dos dados locais sobre trabalho infantil que antecederam a elaboração do Caderno foram realizados para totalidade dos municípios brasileiros. Desse modo, o Caderno será disseminado para todos os gestores estaduais e municipais para que possa ser mais uma ferramenta para acelerar a erradicação do trabalho infantil no Brasil. (OIT)



Eixo Paz

Sociedade pacífica, justa e inclusiva

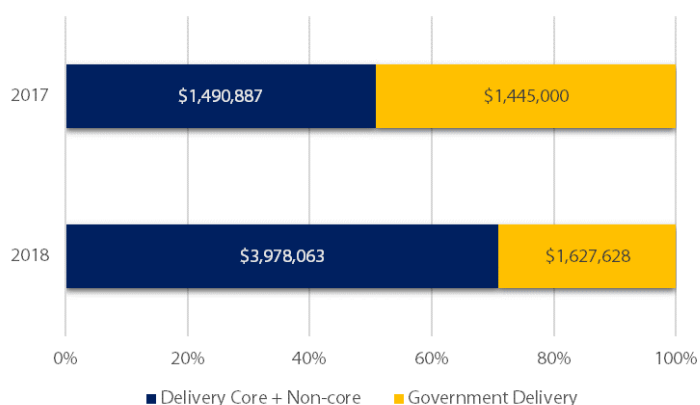
As atividades ligadas ao Resultado 6, no contexto do Eixo Paz, estão alinhadas com a promoção de uma sociedade plenamente pacífica e inclusiva, assegurada por meio de instituições fortalecidas e capazes de gerenciar recursos de forma eficiente e transparente, garantindo a entrega de serviços e bens públicos mediante processos inclusivos e responsivos de tomada de decisão e de implementação de políticas públicas. Também é foco desse conjunto de atividades a promoção do alinhamento das legislações nacionais com os padrões internacionais de garantia dos direitos humanos.

As 60 atividades localizadas no Eixo Paz para 2017-2018 tiveram um orçamento de aproximadamente US\$ 2,9 milhões em 2017, dos quais 49% foram custos financiados pelo Governo e 51% vieram de financiamento *core* e *non-core*.

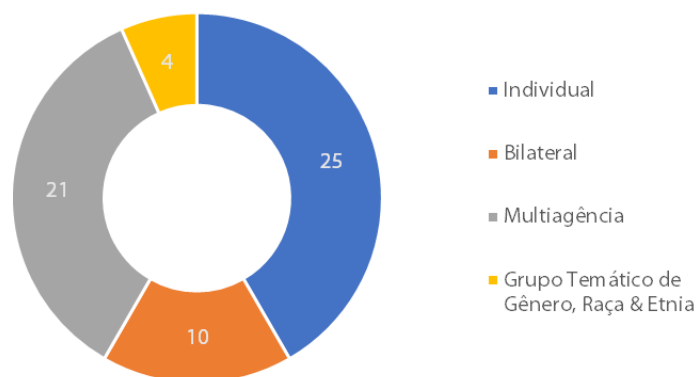
Em 2018, a execução das atividades do Eixo Paz foi de aproximadamente US\$ 5,6 milhões, dos quais 29% foram financiados pelo Governo e 71% vieram de financiamento *core* e *non-core*.

Das 60 atividades no Eixo Paz, 25 foram implementadas individualmente por entidades da ONU no Brasil. Dez delas foram atividades bilaterais e 21 foram multiagência. Por fim, quatro atividades foram implementadas no escopo do Grupo Temático de Gênero, Raça e Etnia

Eixo Paz - Execução orçamentaria em 2017 e 2018



Eixo Paz – Forma de implementação das Atividades em 2017 e 2018



APORTES EM DESTAQUE

RESULTADO

6

Promoção de uma sociedade pacífica, justa e inclusiva por meio de participação social, transparência e governança democrática, respeitando-se a laicidade do Estado e garantindo-se direitos humanos para todos e todas

Resultado Específico 6.1 - Legislações, políticas públicas e capacidades institucionais fortalecidas, alinhadas aos padrões internacionais de direitos humanos para a proteção, a prevenção e resposta à violência, a exploração, a negligência e a discriminação contra grupos em situação de maior vulnerabilidade, considerando gênero, raça, etnia e idade, assegurando governança democrática e transparente com ampla participação social e acesso à justiça.

Diretrizes Nacionais para Tratamento do Femicídio

Assistência técnica para a implementação do tratamento jurídico de mortes violentas de mulheres, contribui para melhorar a resposta aos casos de feminicídio no país. Quatro estados avançaram a implementação das “Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres” em protocolos estaduais específicos para cada instituição relevante. A ONU Brasil colaborou nos pontos de entrada para o diálogo político sobre o fortalecimento da implementação das Diretrizes Nacionais, bem como da legislação brasileira da Lei Maria da Penha. (ONU Mulheres)



ODS 5

Aprimoramento do Processo de Determinação da Condição de refugiado

Migrantes que chegam ao Brasil são melhor acolhidos através do aprimoramento do processo de determinação da condição de refugiado. O sistema ONU seguiu apoiando o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) através da capacitação e treinamentos específicos sobre a Determinação da Condição de Refugiado (RSD) via fortalecimento dos meios de monitoramento e aprimoramento do sistema nacional. Entre as atividades, foram realizadas a revisão contínua das estratégias de redução do passivo, o recadastro dos solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado que já não necessitam de proteção internacional, e o apoio na implementação da Lei de Refúgio brasileira (Lei 9474/97) nas decisões do CONARE. Três servidores públicos e 14 oficiais de elegibilidade foram treinados, além da realização de forças-tarefas ocasionais de entrevistas de elegibilidade no Rio de Janeiro e Manaus. (ACNUR)



ODS 10

Reassentamento para Refugiados e Migrantes

Programa de reassentamento para refugiados e migrantes entra em processo de implementação. No marco do “Mecanismo de Apoio Conjunto a Países Emergentes de Reassentamento” (*Emerging Resettlement*

Countries Joint Support Mechanism – ERCM), e por conta das atividades de *advocacy* e treinamento realizadas pela ONU Brasil, o Brasil está implementando, pela primeira vez em sua história um programa de reassentamento financiado pelo Estado que irá beneficiar nacionais do Norte da América Central – Guatemala, El Salvador e Honduras - dando preferência a mulheres e crianças. O programa também permitirá a realização de missões prioritizadas, assim como o custeio da vinda das pessoas aceitas para reassentamento no Brasil e a viabilização de orientações culturais e avaliações médicas antes dos beneficiários viajarem ao país. (ACNUR, OIM)



ODS 5, ODS 10, ODS 16, ODS 17

Violência e Políticas Públicas

Curso em Convivência e Segurança Cidadã contribui para alertar acerca da importância da prevenção e políticas públicas integradas no combate à violência. A ONU Brasil capacitou representantes dos conselhos de segurança pública, gestores locais, representantes da comunidade e gestores de segurança. Os principais temas foram gestão intersetorial e participação social, acesso à justiça e mediação de conflitos, parceria polícia-comunidade, indicadores e públicos mais vulneráveis - mulheres e juventude negra. Além do curso, foram realizadas uma feira de conhecimento, um curso de formação de multiplicadores de prevenção do suicídio e um curso de Justiça Restaurativa para os Núcleos de Audiência de Custódia do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) e para a Polícia Civil. Por fim, foi elaborado um manual e material didático de formação sobre a Lei Maria da Penha e violência contra a mulher. 400 servidores do Governo do Distrito Federal (GDF) foram capacitados. (PNUD)



ODS 5, ODS 16

Vozes do Sistema Carcerário Brasileiro

Situação atual do sistema carcerário brasileiros e necessidades dos presos são disseminadas através da publicação do livro “Vozes do cárcere: ecos da resistência política”, no âmbito do projeto “Cartas do cárcere”, promovido pela ONU Brasil. O projeto também usou as redes sociais para incentivar a discussão pública sobre o assunto, desconstruindo o estereótipo do/a encarcerado/a. (PNUD)



ODS 16

Sistemas Carcerário e Socioeducativos Fortalecidos

Fortalecimento do monitoramento dos sistemas carcerário e socioeducativo contribui para superar a crise no sistema prisional brasileiro. A ONU Brasil se comprometeu com o aprimoramento das políticas de alternativas penais e o monitoramento eletrônico, bem como o aperfeiçoamento de medidas socioeducativas em meio aberto através da implementação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), que permite um trâmite processual mais eficiente e a gestão confiável dos dados da população carcerária do Brasil. Três estados (Bahia, Paraná e Espírito Santo) já iniciaram a adoção do sistema. (PNUD)



ODS 16

Voluntariado Conecta Oportunidade e Pessoas

Ações de voluntariado são fortalecidas como resultado da criação de plataforma nacional *on-line* que conecta oportunidade e pessoas. A ONU Brasil também colaborou com a realização do “Prêmio Viva

Voluntário”, que reconhece a atuação de cidadãos e entidades responsáveis por atividades voluntárias, incentivando o engajamento social e a participação dos cidadãos em ações transformadoras para a sociedade. A plataforma já possui mais de 1,000 pessoas registradas, 272 oportunidades já foram publicadas e 147 instituições cadastradas. (PNUD, UNV)



Declaração Universal dos Direitos Humanos nas Escolas

Temática dos direitos humanos é abordada em escolas. Para comemorar os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), a ONU Brasil, em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos e o Governo do Distrito Federal, realizou debates sobre os artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos nas escolas. Alunos desenharam obras de reflexão sobre os artigos da Declaração. Como resultado do projeto, foi inaugurado um painel de azulejos de 110 metros quadrados na estação do metrô do Distrito Federal. Outros painéis menores foram inaugurados em dois colégios para celebrar a participação dos alunos, contribuindo para que os jovens associem o conteúdo da DUDH à sua realidade. (PNUD, UNESCO)



Combate ao Tráfico de Pessoas

Tráfico de pessoas é combatido seguindo o desenvolvimento da nova versão do plano nacional de ação. A ONU Brasil deu suporte para a confecção do III Plano Nacional de Ação contra o Tráfico de Pessoas a partir do desenvolvimento de metodologia de monitoramento e avaliação do plano e realização de encontros para a promoção do engajamento e endosso do poder público. A sanção e o lançamento oficial do III Plano de Ação Nacional contra o Tráfico de Pessoas se deram, respectivamente, nos dias 3 e 5 de julho de 2018. (UNODC)



Acesso à Informação e Transparência Governamental

Realização de estudos e aprimoramento de ferramentas digitais contribuem para o acesso à informação, assegurando a transparência e maior participação social nas atividades de planejamento, implementação e controle social das políticas públicas. A ONU Brasil, em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU), realizou estudos comparativos, diagnósticos locais e diversos cursos e capacitações presenciais e à distância. Além disto, foram aprimoradas diversas ferramentas digitais, tais como o portal da transparência e o mapa Brasil transparente, permitindo a melhoria na gestão da informação, assegurando visibilidade de dados e informações para o público em geral. Por fim, o projeto desenvolveu metodologias para incrementar a gestão participativa e o acesso à informação na promoção do Planejamento Urbano Participativo na Cidade de São Paulo, bem como auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas de modernização de acervos documentais. (UNESCO)



Sistema Socioeducativo Eficiente

Assessoria técnica fortalece a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes via desenvolvimento da capacidade de investimento e o monitoramento de obras da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) e o apoio à política pública de socioeducação. Este foi o resultado da ação da ONU Brasil em apoio à implementação do monitoramento e supervisão de obras relacionadas ao sistema socioeducativo e transferência de capacidades em termos de condução e gerenciamento de obras públicas. A atividade beneficiou a SNDCA na esfera federal, e nos Estados de Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins, e nos municípios de Campo Alegre (Alagoas), Macapá (Amapá), Fortaleza (Ceará) e Inhumas (Goiás). (UNOPS, PNUD)



ODS 16

Cooperação Sul-Sul em Direitos das Crianças

Por meio de parcerias, um esforço de facilitação da cooperação Sul-Sul entre a Jamaica e o Brasil resultou na exposição de quase 30 oficiais do sistema de justiça da Jamaica à experiência do Brasil na aplicação de um trabalho policial baseado em direitos das crianças. Tais oficiais incluíram o Ministro da Segurança Nacional jamaicano, um Juiz do Supremo Tribunal Federal e oficiais seniores da Força Policial Jamaicana. O governo brasileiro contribuiu diretamente com os esforços de prosseguir com a institucionalização dos Guias de Justiça Amigáveis às Crianças, desenvolvidos pelo Escritório dos Advogados das Crianças com o apoio do UNICEF Jamaica. (UNICEF, UNFPA, UNODC, ONU Mulheres, ACNUR, OIM)



ODS 5, ODS 16

Violência Letal contra Adolescentes

Com mais de 11,000 homicídios de adolescentes por ano (média de 31 por dia), o Brasil tem o maior número absoluto de adolescentes vítimas de homicídios no mundo. Em 2018, foi publicado o estudo "Trajetórias interrompidas: homicídios na adolescência em Fortaleza e em seis municípios do Ceará". Para diminuir o alto nível de impunidade das investigações de homicídios de adolescentes, também foram estabelecidos três Comitês de Prevenção de Homicídios de Adolescentes em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, em parceria com mais de 22 organizações. No Rio de Janeiro, com o apoio de defensores dos direitos dos adolescentes durante o Dia Mundial das Crianças, o Procurador-Geral do Estado se comprometeu a priorizar investigações de casos de homicídios de adolescentes. O apoio técnico conferido ao Conselho Nacional de Direitos Humanos resultou na sua publicação da Resolução 213/2018, que reforça o guia de políticas para a prevenção da violência letal contra adolescentes. A resolução é mandatória para oficiais do governo e será replicada a nível local. (UNICEF, UNFPA, UNODC, ONU Mulheres, ACNUR, OIM)




ODS 5, ODS 16

Justiça Juvenil

Forneceu-se assistência técnica para a avaliação conduzida pelo Ministério de Desenvolvimento Social sobre o número de adolescentes em conflito com a lei em diversas medidas socioeducativas. O estudo nunca havia sido feito antes e teve como objetivo coletar dados de acordo com indicadores internacionais de justiça juvenil. O estudo mostra que o Brasil tem mais de 26,000 adolescentes em restrição de liberdade, estando 2,600 em semiliberdade e a maior parte em medida de internação (SINASE, 2016). Comparando o atual

número de adolescentes sob Medida Socioeducativa de Internação com a quantidade de vagas disponíveis, há um déficit de 4,601 vagas ou 51 Unidades de Internação. Detectou-se também que mais de 900 adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto foram vítimas de homicídios. (UNICEF, UNFPA, UNODC, ONU Mulheres, ACNUR, OIM)

 ODS 5, ODS 16



Resultado Específico 6.2 - Evidências produzidas e estratégia de comunicação e *advocacy* implementada, considerando gênero, raça, etnia e idade, subsidiando o planejamento e a transparente tomada de decisões, além de assegurar o enfrentamento à violência, a promoção de direitos humanos e o acesso à justiça.

Direitos Ambientais e Advocacy

Ativistas ambientais são fortalecidos por meio de iniciativa que possibilita que diversos atores da área possam cooperar mais facilmente, reunir seus esforços e unir suas vozes para promover, proteger e respeitar os direitos ambientais. A iniciativa da ONU de Defensores Ambientais foi lançada em resposta à escalada da violência enfrentada por aqueles e aquelas que trabalham na linha de frente da proteção da terra e dos recursos naturais, em um momento em que a perda da biodiversidade atingiu níveis alarmantes. O evento de lançamento da iniciativa contou com a participação de 150 pessoas, entre autoridades, organizações internacionais, sociedade civil, celebridades e imprensa nacional e internacional, e alcançou mais de 20 mil usuários na transmissão ao vivo pelo Facebook da ONU Brasil. (ONU Meio Ambiente)

 ODS 16


Preservação de Recursos Hídricos

O uso consciente dos recursos hídricos é reforçado através de iniciativa da ONU Brasil, em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Embaixada do Canadá e o Metrô-DF. Um vagão de Metrô adesivado foi inaugurado em Brasília com informações sobre a importância da água e sobre o papel do Parque Nacional de Brasília para sua preservação, trazendo em forma de arte os importantes elementos da fauna e da flora do Cerrado. A iniciativa visa promover a conscientização sobre o uso sustentável da água e incentivar o contato com a natureza. (ONU Meio Ambiente)

 ODS 15

Violência contra a Mulher em Debate

A violência contra a mulher continua em foco dentro de escolas do país. A iniciativa “O Valente não é Violento” seguiu ampliando o acesso ao currículo de igualdade de gênero e direitos humanos em seis escolas na Bahia e dez escolas no Rio Grande do Norte que ofertaram o currículo para grupos selecionados de alunos entre 13 e 18 anos por seis meses. A ONU Brasil também complementou a iniciativa através da realização de avaliação de efetividade da iniciativa. Como resultado, o governo estadual da Bahia solicitou a continuidade de implementação do projeto em outros territórios do estado e o fornecimento de assistência técnica para integrar os conteúdos e métodos do currículo no “Currículo Bahia”, a base do currículo para o estado. Além disto, no Rio Grande do Norte, 14 escolas já incluíram a atividade no calendário de 2019. (ONU Mulheres; UNAIDS; UNESCO; UNFPA; UNICEF)

 ODS 4, ODS 5

Esporte e Empoderamento Feminino

Organizações e profissionais são capacitados para trabalhar na área de gênero e esporte. O programa “Uma vitória leva a outra”, programa de gênero e esporte promovido pelo sistema ONU, continuou a habilitar organizações, instrutores e instrutores mestres dedicados ao uso do esporte como meio de desenvolvimento. 84 profissionais de 39 esportes em organizações de desenvolvimento foram equipados para fornecer o pacote de treinamento principal do programa e 24 profissionais para ministrar oficinas de narração digital e de áudio. Durante os Jogos Escolares da Juventude, 6,670 alunos foram beneficiados por pelo menos uma das atividades e jogos propostos no estande do sistema ONU no evento. Ademais, um total de 3,335 pessoas participaram ativamente dos questionários sobre violência baseada em gênero, racismo e gênero e esporte, dos quais 335 eram adultos. Em 2018, além do Rio de Janeiro, o programa conseguiu garantir a presença de profissionais treinados em outros estados, especialmente no Distrito Federal, Piauí e São Paulo. (ONU Mulheres; UNAIDS; UNESCO; UNFPA; UNICEF)



Combate à Violência contra a Mulher

Promoção da conscientização da violência contra a mulher é disseminada através da popularização da campanha UNiTE via melhoria na estratégia de comunicação. Graças à oferta de uma das maiores agências de propaganda do Brasil (PROPEG) para desenvolver o conceito e produzir os materiais para uma campanha de um ano sobre o fim da violência contra as mulheres, a ONU Brasil desenvolveu e iniciou a execução de uma estratégia interinstitucional e cronograma para implementar e propagar a campanha UNiTE. Dentre as atividades realizadas estão ações de mídia social, a participação e contribuição de 500 mulheres indígenas e publicações em quadrinhos. (ONU Mulheres; PAHO; UNESCO; UNHCR)



Temas Transversais

Gênero, Raça E Etnia

As temáticas relacionadas às questões de gênero, raça e etnia no Brasil fazem parte de todos os quatro Grupos de Resultados da ONU Brasil, bem como do Grupo Temático sobre Gênero, Raça e Etnia (GT-GRE). Estão também relacionadas aos campos da execução da Campanha UNiTE para erradicar a violência contra as mulheres, da implementação do Plano de Ação da Equipe de País da ONU para a Década Internacional de Pessoas Afrodescendentes (2015-2024) e de ações focadas em povos indígenas, respectivamente. Ela é, portanto, uma temática transversal, razão pela qual seus resultados serão relatados separadamente dos eixos.

Entre as atividades executadas em 2018 relativas às questões de gênero, destaca-se a parceria com a campanha Livres & Iguais, que resultou em duas atividades conjuntas: a segunda edição do projeto “Transformação”, que conectou 30 ativistas transexuais do Distrito Federal a instituições de tomada de decisão a nível local, fortalecendo sua rede e os empoderando em questões de direitos humanos, com demanda para reaplicação em outros estados; e o evento e *workshop* na Casa da ONU em celebração ao Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia, que reuniu 150 ativistas e funcionários do governo e da ONU.

Também foram realizadas duas iniciativas-piloto relativas à prevenção da violência contra as mulheres e ao acesso a serviços para mulheres vítimas de violência. A primeira, realizada em São Paulo, incluiu um estudo de base com informações sobre os serviços disponíveis e o perfil das migrantes e refugiadas da cidade e *workshops* sobre violência de gênero e suas especificidades referentes a refugiadas e migrantes, sendo dois voltados a servidores públicos e 32 para mulheres refugiadas e migrantes. A segunda, executada em Roraima como parte da resposta ao influxo venezuelano, consistiu na contratação de uma consultoria para produzir um diagnóstico, voltado ao treinamento de servidores públicos, sobre a qualidade do cuidado fornecido em serviços de saúde às mulheres vítimas de violência sexual. Por fim, um subgrupo das agências participantes do GT-GRE elaborou uma proposta para proteção de defensores de direitos humanos, em seguimento à proposta do ACNUDH sobre a questão, após revisão das estratégias e ações de cada agência e consulta às organizações da sociedade civil que trabalham com o tema.

A execução da Campanha UNiTE pelo fim da violência contra as mulheres no Brasil contou, em 2018, com uma estratégia e calendário interagenciais aprovados pelo GT-GRE e pela Equipe de País, cofinanciamento por parte de diversas agências da ONU e materiais para uma campanha de um ano desenhados e produzidos pela PROPEG, uma das maiores agências de publicidade do país. A campanha dos Dias Laranja foi composta por dois conjuntos de mensagens, os quais popularizaram ainda mais a campanha no Brasil e contribuíram para que o público geral relacionasse a cor laranja à mensagem de erradicação da violência contra as mulheres. O primeiro consistiu em uma ação nas redes sociais (Destaque Laranja) em que as agências se alternaram mensalmente, de abril a dezembro, na produção de materiais para celebrar as conquistas de pessoas e instituições que fizeram diferença na prevenção e resposta à violência contra as mulheres. O segundo conjunto, a cargo da ONU Mulheres, consistiu em cartões e vídeos protagonizados pela atriz Juliana Paes, Defensora para a Prevenção e Eliminação da Violência contra as Mulheres. A ONU Mulheres sediou *workshops* privados com membros-chave da sociedade civil envolvidos com a defesa dos direitos das mulheres, que levaram um grupo de advogadas feministas a elaborar uma estratégia de litígio para proteger defensoras de direitos humanos. UNESCO, ACNUR e OPAS realizaram seus próprios eventos ou ações

digitais e outras entidades como empresas do setor privado, embaixadas e grupos de mulheres também fizeram uso dos materiais produzidos para a campanha. Demais ações incluíram o primeiro Congresso Nacional ElesPorElas sediado pela Universidade da Paraíba, uma série de 21 tirinhas elaboradas pela Mauricio de Sousa Produções e a iluminação em laranja do Congresso Nacional e do Conselho Nacional do Ministério Público.

Já os resultados do plano de trabalho da Década Internacional de Pessoas Afrodescendentes estão, em sua maioria, no âmbito da Campanha Vidas Negras e no apoio a organizações de mulheres afrodescendentes ativistas. A Campanha segue alcançando um grande impacto de comunicação e, em 2018, contou com duas grandes ações programáticas. A primeira, foi a exibição do documentário 'Auto de Resistência', que aborda o racismo institucional e perfilamento racial, seguida por um debate com a produtora e a mãe de um jovem negro que foi assassinado. O debate contou com a moderação do coordenador da Campanha Vidas Negras e teve a participação de cerca de 60 pessoas, incluindo oficiais do governo e do judiciário, pessoal das Nações Unidas, corpo diplomático e representantes de organizações da sociedade civil.

A segunda ação de destaque no âmbito da Campanha Vidas Negras em 2018 foi a organização do Seminário "Vidas Negras: diálogos sobre ações governamentais de enfrentamento à violência contra as juventudes", resultado de uma parceria entre o Sistema ONU, a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e a Prefeitura Municipal de Recife. O seminário teve por objetivo criar uma plataforma de diálogo, inaugurando um fórum no qual administradores públicos, observatórios de políticas e programas, institutos de pesquisa e sociedade civil, possam trocar informações sobre boas práticas, adaptando-as aos seus respectivos contextos locais. O evento contou com a participação de gestores de sete estados brasileiros, além de um representante da cidade de Medellín (Colômbia), que compartilhou a experiência da cidade na redução dos homicídios de jovens. Ao final do seminário, foi lançada a 'Carta de Recife pelas Vidas Negras', expressando o comprometimento de 11 municípios, dois Estados e nove Organizações da Sociedade Civil. Ainda em 2018, a Campanha Vidas Negras contou com o apoio de novas personalidades como o ator Danny Glover, a deputada Benedita da Silva, além de participantes do Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50.

Também foi realizada uma nova edição do *workshop* sobre perfilamento racial, reunindo parceiros estratégicos para discutir como possíveis ações podem contribuir para a redução dos homicídios de jovens negros. O *workshop* foi uma realização conjunta da ONU Brasil e do Escritório Regional do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (ACNUDH) e contou com a participação de representantes do Ministério Público, Defensoria Pública, polícia, academia, organizações da sociedade civil e das Nações Unidas.

Em 2018 também foram realizadas uma série de atividades para promover o empoderamento das mulheres negras. Foram implementadas dez edições do curso Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50. No total, 89 pessoas participaram da jornada formativa e uma publicação está sendo organizada com o material do curso. Outro destaque em 2018 foi a mobilização do apoio para a realização do Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 Anos: contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, que reuniu cerca de 1,000 pessoas em Goiânia, no mês dezembro.

Em março de 2018, a ONU Brasil lançou o documentário "Mulheres Indígenas: Vozes por Direitos e Justiça", que recupera alguns momentos do diálogo entre as mulheres indígenas e as Nações Unidas em torno de sua articulação pelos direitos humanos e em defesa de seus povos e territórios, no Brasil e no exterior. O documentário também estabelece o intercâmbio entre Brasil e Canadá pela aproximação de mulheres indígenas dos dois países. O vídeo foi produzido pelo Grupo Temático de Gênero, Raça e Etnia da ONU Brasil e pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), com apoio da Embaixada do Canadá e fez parte das ações da ONU nos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Juventude

Em 2018, o sistema ONU no Brasil esteve empenhado em trabalhar com a temática da juventude de forma transversal. Diversos projetos e iniciativas de diferentes agências e programas foram executados a fim de promover o desenvolvimento multidimensional desta parcela da população. Dentro deste contexto, destaca-se o conjunto de ações visando combater a violência letal contra jovens afrodescendentes dentro do âmbito da Campanha Vidas Negras. Maiores detalhes sobre a Campanha Vidas Negras, vide o conteúdo da página 51.

Dentre as demais ações, destaca-se um programa televisivo junto à TV Câmara (canal de televisão da Câmara dos Deputados), dedicado aos assuntos de política, juventude, processo eleitoral brasileiro e participação jovem, organizado com o intuito de conscientizar sobre a necessidade da juventude de se engajar ativamente em decisões e debates públicos e de discutir as principais questões relevantes para a Agenda da Juventude no país.

Outras atividades relativas a *advocacy* de questões da juventude também foram implementadas no decorrer do ano pela ONU Brasil, tais como uma sessão de diálogo entre a Secretaria Nacional de Juventude e a Equipe de País das Nações Unidas. O governo, a sociedade civil e o Conselho Nacional de Juventude estiveram envolvidos em todas as principais atividades.

Direitos Humanos

A temática dos Direitos Humanos, em suas diversas facetas, faz parte de todo o escopo de atuação da ONU Brasil, sendo implementada por diversas agências, fundos e programas do sistema. Dentre as ações realizadas no ano de 2018, destacam-se as referentes à celebração do 70º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Uma exposição pública de um mês de duração das ilustrações de Octavio Roth sobre os artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos foi realizada no Rio de Janeiro como parte da celebração desse marco. A exposição também sediou oito eventos paralelos sobre direitos humanos organizados por missões diplomáticas, incluindo mesas-redondas, exibições de filmes e palestras. As atividades atraíram mais de 30,000 pessoas e foram retratadas em um vídeo publicado na página global do #StandUp4HumanRights (agosto a setembro de 2018).

A ONU Brasil também apoiou a iniciativa de um Prêmio de Direitos Humanos liderado pela Delegação da União Europeia no Brasil, que premiou duas organizações de direitos humanos cujos projetos tiveram impacto relevante no país. O Coordenador Residente da ONU compôs o conselho de avaliação. Atividades adicionais, tais como a promoção de um concurso de artes e redações para escolas em todo o Brasil, que resultou em uma publicação com as contribuições vencedoras; a organização da terceira edição do Simulado do Conselho de Direitos Humanos; a publicação da Edição Especial da revista acadêmica "Monções", reunindo trabalhos sobre a situação atual dos direitos humanos no mundo e desafios para o futuro; e o apoio à participação da ativista dos Direitos Humanos Maria da Penha em um evento regional em homenagem a mulheres ativistas e defensoras de direitos humanos também podem ser mencionados.

Além das comemorações do aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 2018, a ONU Brasil continuou a implementar a campanha ONU Livres & Iguais pelo quarto ano, sendo a mais longa e mais ativa dentre todas as campanhas nacionais ONU Livres & Iguais. O projeto "Trans-Formação", voltado ao fortalecimento de ativistas transgênero e à promoção de ligações com instituições-chave para produzir mudanças por meio de um Programa de Mentoria, atingiu sua segunda edição. O impacto do projeto foi reconhecido por organizações da sociedade civil e outras contrapartes relevantes, nacional e internacionalmente. Ele originou uma cartilha sobre serviços públicos para pessoas trans e um manual voltado a permitir a replicação do projeto em outras cidades e países.

As atividades da ONU Livres & Iguais Brasil também incluem o lançamento dos Padrões de Conduta do ACNUDH para Empresas 'Enfrentando a discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, pessoas trans e intersexo', em 26 de junho, em São Paulo, reunindo 300 pessoas e com 15 empresas brasileiras participando em apoio aos padrões da ONU, os quais, adicionalmente, foram disseminados no país por meio de cinco seminários *on-line*, *workshops* e conferências, alcançando mais de 700 *stakeholders*. A ONU Livres & Iguais Brasil continuou a advogar pela igualdade LGBTI, disseminando as posições da ONU sobre a questão em datas-chave relacionadas ao calendário LGBTI, incluindo a organização de eventos e encontros sediados na Casa da ONU durante o Dia Nacional da Visibilidade Trans, o Dia Internacional contra a Homofobia, Bifobia e Transfobia, o Dia Mundial do Orgulho LGBT e o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica.

Cooperação Sul-Sul

O Sistema ONU no Brasil participou ativamente do desenvolvimento e implementação de atividades de cooperação Sul-Sul trilateral, através das quais as agências, fundos, programas e entidades das Nações Unidas apoiaram iniciativas diplomáticas de solidariedade brasileira por meio de compartilhamento de conhecimento disponível no Brasil com outros países em desenvolvimento.

Entre as diversas ações desenvolvidas pela ONU Brasil no escopo da Cooperação Sul-Sul em 2018, pode-se destacar, no âmbito da Década de Ação da ONU pela Nutrição, o compartilhamento de políticas, limitações e resultados alcançados por diferentes países do Sul Global, via a realização de reuniões regionais, nos temas de guias alimentares, redução do consumo de sódio, compras públicas da agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional, e alimentação escolar. Os encontros produziram documentos cuja disponibilização ocorrerá por meio de uma plataforma virtual, atualmente em processo de desenvolvimento.

Além da criação de redes de trocas de experiência de políticas públicas, o Sistema ONU no Brasil promoveu, através da cooperação Sul-Sul, a troca de conhecimento técnicos na área da saúde, resultando na inauguração do Laboratório Nacional de Referência para a Tuberculose em São Tomé e Príncipe. O Laboratório visa contribuir para o aprimoramento do diagnóstico da doença no país, valorizando o conhecimento científico, promovendo a descentralização do atendimento para distritos sanitários e ampliando sua capacidade de diagnóstico, com fortalecimento da retaguarda laboratorial. O projeto contará com capacitação dos recursos humanos para o laboratório e para o programa de tuberculose e fornecerá insumos para seu equipamento, traduzindo-se em mais uma ação em prol da erradicação da doença no país.

A ONU Brasil também trabalhou para fortalecer as capacidades estatísticas nacionais, essenciais para o desenvolvimento de políticas e a implementação das agendas internacionais. No âmbito do projeto “Centros de Referência em Coleta Eletrônica de Dados em África”, com base na metodologia desenvolvida pelo Brasil, os institutos de estatística do Senegal e em Cabo Verde receberam apoio para atuar como polos multiplicadores na realização de censos e pesquisas com coleta eletrônica de dados no continente africano.

A fim de promover a sustentabilidade produtiva, foi realizado o evento “Juntos por um Algodão Sustentável – Oficina regional de Intercâmbio de experiências para a sustentabilidade da produção algodoeira na América Latina”, uma parceria entre o Sistema ONU e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). A oficina foi realizada na cidade de Lima (Peru) e fomentou, entre outros, o associativismo, a certificação de cadeias de valor e o desenvolvimento de sistemas de mercado, igualdade de gênero, normas e políticas públicas, saúde e segurança no trabalho, combate ao trabalho infantil e trabalho forçado e a cooperação entre os países da região.

O combate ao trabalho infantil também foi destaque nos projetos de cooperação Sul-Sul em 2018. Um projeto de cooperação entre o Brasil e sete países do Caribe (Bahamas, Granada, Guiana, Jamaica, Santa Lúcia e Trinidad e Tobago) teve como objetivo contribuir para os esforços destes países na eliminação do trabalho infantil por meio do compartilhamento da experiência brasileira nesta área. Foi realizada, no mês de junho, na Jamaica, uma oficina de Treinamento de Treinadores, que consistiu em uma capacitação sobre inspeção do trabalho para técnicas e técnicos dos ministérios do trabalho dos sete países envolvidos. A partir da Oficina, foram desenvolvidos currículos de formação específicos para cada país, manuais, avaliação e outras ferramentas organizacionais para a replicação da formação nacional, conferindo uma nova dimensão ao tema trabalho infantil no Caribe.

Ainda no que tange aos direitos das crianças, um esforço de facilitação da cooperação Sul-Sul entre a Jamaica e o Brasil resultou na exposição de quase 30 oficiais do sistema de justiça da Jamaica à experiência do Brasil na aplicação de um trabalho policial baseado em direitos das crianças. Entre os oficiais jamaicanos participantes da iniciativa, estavam o Ministro da Segurança Nacional, um Juiz do Supremo Tribunal Federal e oficiais seniores da Força Policial Jamaicana. O Governo Brasileiro, por seu turno, contribuiu diretamente para os esforços de continuar institucionalizando os Guias de Justiça Amigáveis à Crianças, desenvolvido pelo Escritório dos Advogados das Crianças com o apoio do UNICEF Jamaica.

COMUNICAÇÃO

A atuação conjunta das agências, fundos, programas e entidades da ONU foi amplamente retratada pela equipe de jornalistas financiada pela Equipe País que fez a cobertura do 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília, publicando 14 histórias no site ONU Brasil – oito matérias em texto e seis vídeos, com entrevistas exclusivas, notícias diversas e fotos sobre as atividades da ONU durante o evento. Mais de 25 artigos e notas à imprensa foram editados, publicados no site e compartilhados em perfis nas redes sociais. Na semana do evento a página da ONU Brasil no Facebook teve 4,535 visualizações, alcançando 370,000 pessoas e 27,600 visualizações de vídeos.

Uma exposição pública de um mês de duração das xilogravuras de Octavio Roth para cada um dos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos foi realizada no Rio de Janeiro, marcando 70º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Oito eventos paralelos sobre direitos humanos foram coordenados por missões diplomáticas, incluindo mesas-redondas, exposições de filmes e palestras. As atividades atraíram mais de 30,000 pessoas e foram retratadas em um vídeo publicado na página global do #StandUp4HumanRights. Matéria sobre a parceria da ONU e da União Europeia para celebrar a data também foi produzida e publicada no site ONU Brasil e no serviço em português ONU News.

O Sistema ONU produziu e divulgou conteúdos jornalísticos originais para a campanha Livres & Iguais, tanto no Brasil como em materiais legendados em inglês para o site global. O lançamento dos Padrões de Conduta do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (ACNUDH) ganhou vídeo e cobertura fotográfica – um dos materiais recebeu mais de 4,500 curtidas no Instagram. Outros exemplos de divulgação são a adesão do cantor e Johnny Hooker e o trabalho da Casa Renascer em São Paulo.

Para marcar os 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres, uma página especial foi criada dentro do site ONU Brasil e diversos materiais interagenciais foram publicados no período.

A Campanha Vidas Negras continuou recebendo a produção de conteúdo, em especial de novos apoiadores, como Gaby Amarantos e a atleta olímpica Rafaela Silva, cujo vídeo foi usado no Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação e teve mais de 5,000 visualizações em 24 horas. Outros materiais originais incluíram a história dos produtores do Alma Crespa, ganhador de um concurso para vídeos sobre comunidades afro descendentes e cujo material foi enviado para países lusófonos. Notas conjuntas sobre a mortalidade da juventude negra também foram elaboradas e divulgadas em veículos de imprensa, com destaque para a nota sobre o assassinato da defensora de direitos humanos Marielle Franco. Em 2018 a campanha Vidas Negras e outras iniciativas do Sistema ONU passaram a integrar a exposição interativa IRIS+ do Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro, onde ficarão em exibição até 2020.

Diversos comunicados conjuntos mostraram as atividades do Sistema ONU na crise dos Venezuelanos, incluindo uma dezena de notas sobre temas como crianças, interiorização, inauguração de centros de refugiados, com boa repercussão na mídia. Um documentário de oito minutos foi elaborado, reunindo entrevistas, fotos e informações e legendas em português para distribuição aos países lusófonos.

Uma campanha digital do Grupo de Comunicadores para o Dia da ONU alcançou mais de 24,700 pessoas no Facebook, com *cards* em *templates* padronizados. Uma campanha digital interagencial também foi utilizada para lembrar o Dia da Juventude.

Documentário financiado por um Grupo Temático do UNCT mostrou o encontro de mulheres indígenas na fronteira do Brasil com o Paraguai e recebeu legendas em inglês, com disseminação no site internacional da ONU – UN Web TV.

O Sistema ONU Brasil também elaborou um conjunto de vídeos para promover a Agenda 2030, com material inédito e original divulgando os ODS 5, 7, 10, 11 e 16.

O foco na comunicação digital segue rendendo números massivos nas redes sociais do Sistema ONU brasileiro. Em 2018, o site ONU Brasil recebeu 11.3 milhões de visitas e teve 12 milhões de *pageviews* (um aumento de 17% em relação ao ano anterior) para as 3,352 publicações feitas. As notícias do Sistema foram editadas e distribuídas em 264 newsletters. No Instagram, o perfil @ONUBrasil saltou de 85,000 seguidores em 2017 para 288,000 em dezembro de 2018 enquanto Twitter atingiu 320,000; Facebook 698,000 e a visualização de vídeos superou 560,000 num único mês chegando a quase 5 milhões ao longo de todo o ano.

OPERAÇÕES

Para alcançar os resultados apresentados nos quatro Grupos de Resultados e nos temas transversais, o Sistema ONU no Brasil empenha-se conjuntamente no aprimoramento de seus processos administrativos e operacionais, a fim de otimizar os recursos e aumentar a eficiência. Com este objetivo primordial, a Equipe de Gerentes de Operações da ONU (Operations Management Team – OMT) trabalha para elaborar contratos de longo prazo, compartilhar informações relacionadas a processos de recursos humanos, administrar áreas prediais comuns e harmonizar procedimentos relativos a processos de viagens, compras, finanças e tecnologia da informação.

Dentro do marco da Estratégia de Operações de Negócios (Business Operations Strategy – BOS), a Unidade de Operações Conjuntas (Joint Operations Facility – JOF) continua a contribuir para o aperfeiçoamento das capacidades dos organismos participantes para melhor exercerem seus respectivos mandatos, fornecendo uma plataforma única de serviços para operações de negócios por meio de procedimentos harmonizados nas áreas aquisições e viagens.

Em 2018, esta Unidade de Operações Conjuntas foi revisada e remodelada. As quatro entidades participantes (PNUD, UNFPA, ONU Mulheres e ONU Meio Ambiente) concordaram em um novo Memorando de Entendimento para a JOF que estabelece novos termos e condições governando a provisão de serviços comuns a partir de 2019. O novo arranjo leva em consideração as lições aprendidas nos últimos cinco anos de concepção e funcionamento da JOF e visa a ser mais eficiente e economicamente viável para todas as entidades da ONU envolvidas. A UNESCO, que foi um dos membros fundadores, continua temporariamente como observadora da iniciativa.

A nova JOF irá garantir que esta iniciativa pioneira e inovadora continue a fazer história, sendo um próximo passo lógico na busca da ONU Brasil por uma instalação interagencial melhorada. Vale notar que os benefícios derivados desta iniciativa conjunta vão muito além daqueles alcançados a nível nacional. A JOF tem sido fonte de lições aprendidas, que podem muito bem informar o processo de reforma do Sistema de Desenvolvimento da ONU.

PARCERIAS

Conforme apontado pela Agenda 2030 e pelo Marco de Parcerias das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, o alcance dos ODS só é possível com a continuidade de parcerias bem-sucedidas e a criação de novas parcerias inovadoras. Para a implementação das 511 atividades planejadas para 2017 e 2018, foram estabelecidas diversas parcerias com instituições brasileiras e de fora do país. Em sua maioria, são instituições parceiras do setor público, tanto no âmbito nacional, quanto estadual e municipal.

Dando seguimento ao Memorando de Entendimento (MoU) assinado entre o Sistema das Nações Unidas no Brasil e a Secretaria-Geral da Presidência em 2017, a ONU Brasil iniciou negociações com a Comissão Nacional para os ODS a fim de criar uma Câmara especial composta por membros da Equipe de País das Nações Unidas e da Comissão Nacional para trabalhar como um Comitê Diretor Conjunto Brasil/ONU. Adicionalmente, a ONU Brasil apresentou à Comissão Nacional o Plano de Trabalho Conjunto da ONU para 2017-2018 e o Relatório de Progresso para 2017.

No âmbito das parcerias com municípios brasileiros, a ONU Brasil e a Prefeitura de São Paulo assinaram um Memorando de Entendimento válido por quatro anos a partir de 13 de novembro de 2018, com vistas a fornecer um quadro de cooperação para a promoção e realização dos ODS e da Agenda 2030. O documento prevê a cooperação entre as partes na formulação, implementação e colaboração conjuntas em programas, projetos e iniciativas de interesse mútuo, assim como na promoção da articulação em torno de programas, projetos e iniciativas relacionados às áreas prioritárias da cidade de São Paulo e do planejamento estratégico do Sistema das Nações Unidas no país até 2021, em linha com a Agenda 2030 e os ODS.

Há, ainda, um número significativo de instituições parceiras de fora da esfera nacional. No escopo das parcerias com instituições estrangeiras, destaca-se a parceria firmada entre o Sistema das Nações Unidas no Brasil e as Embaixadas nórdicas (Dinamarca, Noruega, Suécia e Finlândia), que tem como objetivo promover o engajamento de brasileiras e brasileiros com as perspectivas e experiências daquela região. A parceria, de duração de três anos (2018-2020), selecionou um tema diferente para cada ano com base na Agenda 2030. O primeiro ano cobriu Igualdade de Gênero, o segundo ano trabalhará Confiança e Transparência entre Instituições e Sociedade e, para o último ano, foi definido um tema mais abrangente de Desenvolvimento Sustentável. Durante 2018, atividades conjuntas foram desenvolvidas juntamente com o Grupo Temático da ONU de Gênero, Raça e Etnia.

A Equipe de País também tem apoiado campanhas e atividades de parceiros externos ao Sistema ONU. Nesse âmbito, destaca-se a “Geração do Amanhã”, uma campanha comprometida com a popularização dos ODS e lançada pela Rede Globo, a maior rede de transmissão do Brasil. A campanha foi promovida por meio da televisão e convidou o público a acessar a plataforma digital da emissora, onde se encontravam informações detalhadas sobre os ODS, bem como histórias inspiradoras de pessoas envolvidas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL

ACNUDH

Escritório Regional para América do Sul do Alto
Comissariado das Nações Unidas para os Direitos
Humanos
E-mail: ohchr-santiago@ohchr.org
Website: www.acnudh.org/pt-br/

ACNUR

Alto Comissariado das Nações Unidas para os
Refugiados
E-mail: brabr@unhcr.org
Website: www.acnur.org.br

CEPAL

Comissão Econômica para América Latina e o
Caribe
E-mail: cepal.brasilia@cepal.org
Website: www.cepal.org/brasil

FAO

Organização das Nações Unidas para Agricultura
e Alimentação
E-mail: fao-br@fao.org
Website: www.fao.org/brasil

FIDA

Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
E-mail: fida-brasil@ifad.org
Website: www.ifad.org

FMI

Fundo Monetário Internacional
E-mail: RR-BRA@imf.org
Website: www.imf.org/en/Countries/ResRep/BRA

OIM

Organização Internacional para as Migrações
E-mail: iombrazil@iom.int
Website: www.brazil.iom.int

OIT

Organização Internacional do Trabalho
E-mail: brasilia@ilo.org
Website: www.ilo.org/brasilia

OMPI

Organização Mundial da Propriedade Intelectual
E-mail: brazil.office@wipo.int
Website: www.wipo.int

ONU Habitat

Programa das Nações Unidas para os
Assentamentos Humanos
E-mail: brasil@onuhabitat.org
Website: www.onuhabitat.org

ONU Meio Ambiente

Programa das Nações Unidas para o Meio
Ambiente
E-mail: pnuma.brasil@pnuma.org
Website: www.unenvironment.org/pt-br/regions/america-latina-e-caribe-brasil

ONU Mulheres

Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de
Gênero e o
Empoderamento das Mulheres
E-mail: onumulheres@unwomen.org
Website: www.onumulheres.org.br

OPAS/OMS

Organização Pan-Americana da Saúde /
Organização Mundial da Saúde
Website: www.paho.org/bra/

PMA

Programa Mundial de Alimentos
E-mail: brazil.centrefexcellence@wfp.org
Website: www.wfp.org

PNUD

Programa das Nações Unidas para o
Desenvolvimento
E-mail: comunica.br@undp.org
Website: www.pnud.org.br

UIT

União Internacional de Telecomunicações
E-mail: itubrasilia@itu.int
Website: www.itu.int

UNAIDS

Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS

E-mail: imprensa@unaids.org

Website: www.unaids.org.br

UNDSS

Departamento de Salvaguarda e Segurança das Nações Unidas

Website: www.undss.org.br

UNESCO

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

E-mail: brasil@unesco.org

Website: www.unesco.org/brasil

UNFPA

Fundo de População das Nações Unidas

E-mail: unfpa@unfpa.org.br

Website: www.unfpa.org.br

UNIC Rio

Centro de Informação das Nações Unidas

E-mail: unic.brazil@unic.org

Website: unicrio.org.br

UNICEF

Fundo das Nações Unidas para a Infância

E-mail: brasil@unicef.org

Website: www.unicef.org.br

UNIDO

Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

E-mail: office.brazil@unido.org

Website: www.unido.org

UNISDR

Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres

Website: www.unisdr.org/americas

UNODC

Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

E-mail: unodc.brazil@unodc.org

Website: www.unodc.org.br

UNOPS

Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos

E-mail: brasil@unops.org

Website: www.unops.org



www.onu.org.br

 www.facebook.com/ONUBrasil

 www.twitter.com/ONUBrasil

 www.youtube.com/ONUBrasil

 www.instagram.com/ONUBrasil